

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Ata de Audiência Pública

Exigida pelo art. 9º, § 4º da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), com a apresentação da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do 3º Quadrimestre de 2023.

28 de Fevereiro de 2024 na Câmara Municipal

APRESENTADOR – Vereador Fernando Martins dos Santos

EXPOSITORES – Francisco José Rocha

Secretário Municipal de Finanças

Edler Antonio da Silva

Diretor Presidente da Guarujá Previdência



Sumário

Ata Audiência Pública	03
Lista de Presença	37
Apresentação Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais 3º Quadrimestre 2023	39
Apresentação Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais 3º Quadrimestre 2023 Guarujá Previdência	60



CÂMARA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Ata de Audiência Pública

Exigida pelo art. 9º, § 4º da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), com a apresentação da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do 3º Quadrimestre de 2023.

28 de Fevereiro de 2024 na Câmara Municipal

APRESENTADOR – Vereador Fernando Martins dos Santos

EXPOSITORES – Francisco José Rocha

Secretário Municipal de Finanças

Edler Antonio da Silva

Diretor Presidente da Guarujá Previdência



VEREADOR FERNANDO MARTINS

DOS SANTOS: Senhoras e senhores, bom dia. São precisamente 10 horas e 7 minutos, do dia 28 de fevereiro de 2024. E vamos dar início à audiência pública da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Guarujá. Os técnicos do Poder Executivo Municipal, no, nos termos da lei de responsabilidade fiscal, demonstrarão e avaliarão o cumprimento das metas fiscais relativas ao terceiro quadrimestre do ano de 2023. Presente temos o senhor Francisco José Rocha, Secretário municipal de Finanças e toda equipe técnica da Secretaria Municipal de Finanças, representando a Guarujá Previdência, né? Já está aqui no recinto. O senhor Presidente, o Edler Antonio da Silva, Presidente da Guarujá Previdência. Também temos a presença do Vereador Carlos Eduardo Vargas, bem como também representando o Vereador Aparecido, estamos aqui com o seu assessor, o Carlos. Destaco a presença dos cidadãos representantes da Sociedade Civil Organizada. Ressalto que a realização da audiência pública é um dever dos Órgãos Públicos e um direito do cidadão. É uma forma importante da sociedade civil fazer parte das decisões do município, influenciando e controlando. Por meio delas, o município disponibiliza informações e esclarece dúvidas, abre debates e presta contas à sociedade sobre suas ações e projetos públicos de relevante impacto ou interesse social. Sendo assim, declaro aberta a audiência pública e passo a palavra ao Secretário municipal de finanças para iniciar a apresentação. Com a palavra, o nobre Secretário Francisco.

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS FRANCISCO JOSÉ ROCHA: Bom dia a todos, bom dia Presidente, bom dia mesa, bom dia aos Vereadores, presente. Vamos dar início, mas eu vou dar, passar aqui a palavra pro, pro Leonardo pra fazer, Leonidas, pra fazer explanação, uma vez que, vamos deixar o mais tranquilo, né? Eu tô com um problema só de pressão, né? Então, tá um pouco alterada, vou pedir pra ele fazer, às vezes, tudo bem, Presidente? Tá, obrigado.

SR. LEONIDAS MUNHOZ FRIAS:
Bom dia, senhores. Bom dia, senhores Vereadores. Bom dia a todos



estão presentes. Essa é uma obrigação estabelecida pela lei de responsabilidade fiscal, refere-se ao terceiro quadrimestre de 2023, o último quadrimestre do exercício. E a gente vai demonstrar inicialmente a parte da Receita e depois a, toda a vinculação com a parte da despesa. A Receita, esse quadro demonstra uma variação entre o que encerrou 2022 e 2023. Em 2022, a Receita total do município chegou em um bilhão, novecentos e treze milhões. E 2023, no fechamento de 2023, chegou em dois bilhões, quarenta e oito milhões. Referi, tem uma diferença de cento e trinta e cinco milhões a mais, um crescimento de 7,6%, então um crescimento significativo que tá acima da inflação, tá? Então. E aqui estamos nos quadros, no quadro que demonstra a receita especificamente em grupos, né? O primeiro quadro lá, arrecadado até terceiro quadrimestre de 2022 e outro quadro demonstra o arrecadado até 2023 e compara um com o outro. Total das Receitas correntes, um bilhão, novecentos e vinte e um milhões contra dois bilhões, cinquenta e três mil, quatrocentos e oitenta e três, em 2023, representando 6,85. Lembrando que as Receitas Correntes, elas são utilizadas pra, pra manutenção do governo, pra manutenção das atividades do governo, pra todas as despesas relacionadas à manutenção. Era dividida entre Receita tributária, tem todos os impostos aqui dentro. Receita de Contribuições, que é todas as contribuições. A Patrimonial, que refere-se a toda aplicação financeira que o município faz com os recursos que encontram-se em caixa, tanto Tesouro como recursos vinculados. As Receitas de Serviços. As Transferências Correntes, que são as transferências do governo do estado e do governo federal. E as demais Receitas que são classificadas no grupo 19. No total, nós temos a Receita de Capital, que demonstra que em 2022 fechou em sessenta e nove milhões, e 2023, setenta e cinco milhões, representando 8,53% de crescimento, tá? Voltando às Receitas Correntes, a mais significativo que a gente vê, em termos de variação, em termos de valores, né? Nós podemos ver a Receita Tributária de um bilhão, setenta e um milhões, foi para um bilhão, cento e setenta e cinco milhões, representando uma variação de 9,75%. As Receitas de Contribuições, de vinte e um milhões pra vinte e dois milhões, representando uma variação de 1,88. A Patrimonial, de vinte e oito milhões, oitocentos mil pra vinte e cinco milhões, quinhentos mil, aí



teve uma queda por conta dos recursos que representam a aplicação financeira, então houve uma diminuição da aplicação financeira no início de 2023. Receita de Serviço, de quinhentos e onze mil pra novecentos e treze mil, uma variação de 78%, uma Receita mais singela, mas tem uma variação significativa. Aí sim, as Transferências Correntes, que é a da União do Estado, de setecentos e sessenta e dois pra setecentos e oitenta e quatro, restando 2,8. Se a gente for analisar a variação das transferências da União do Estado, representa 2,88, está abaixo da inflação. Em compensação, as Receitas Tributárias, que é gerenciada pelo município, tem uma variação de 9,75, aí sim, tem uma recuperação acima da inflação por conta de todas as ações que o município juntamente da Secretaria de Finanças, ações jurídicos, tem feito pra que essa Receita continue crescendo. Receitas de Capital, a variação de 8,53. Essas Receitas são oriundas pra aplicação em investimentos no município, principalmente na parte de obras, tá? Então, nós temos a 21, que é a operação de crédito, aí sim, é um recurso que o município contrai com os bancos, entra pra aplicação em obras em 2022, entrou trinta e dois milhões, e 2023, quinze milhões, representando uma queda de 51,89%. A operação de crédito ela é, dependendo dos projetos da administração e dependendo do fluxo de caixa, que cada contrato está estabelecido. Ou seja, o fato de ter caído, não significa que houve alguma falha na administração, qualquer situação nesse sentido. Houve simplesmente uma questão de contrato e evolução das obras. Alienação de bens, a Eco Município faz alguma venda de algum bem inservível, um leilão, entrou vinte e nove milhões, em 2022, vinte e sete mil. Em 2023, também teve uma queda de 87%, natural não teve, significa que houve alguma desatenção do município. Transferência de capital, significa os convênios que o município faz, variando recursos, federal ou estadual pra obras. Em 2022, trinta e cinco milhões, e 2023, cinquenta e sete milhões, aí sim, uma variação significativa, 63%. Aí sim, um ponto positivo, porque houve uma atuação do governo pra buscar recurso externo pra as obras. Outras Receitas de Capital, aí são vários tipos de Receita, eu acho que não compensa a gente ficar mencionando uma variação de 30,94%, uma variação positiva, tá perfeito. E no grupo 9, que são as reduções das Receitas, aqui entra quando o município faz a



retenção, o município, não, o próprio recurso quando entra no município do Fundeb, as Receitas que são de transferências, existe a retenção do Fundeb que vai pra o fundo. Então essas reduções da Receita significa, principalmente, o Fundeb que nós mandamos de volta. Em 2022, mandamos setenta e sete milhões. Este ano, 2023, oitenta milhões. Ou seja, quanto mais transferência existe da União do Estado, mais contribuição para o Fundeb nós teremos. No total, 2022 fecha com um bilhão, novecentos e treze milhões, e em 2023, dois bilhões, quarenta e oito milhões, representando uma variação de 7,6, bem acima da inflação, tá? Então, o resultado, assim, de uma forma no olhar financeiro, um resultado ótimo, né? Na parte da Receita. Aqui o detalhamento da parte das redes tributárias, que eu tava comentando lá atrás, as Receitas Tributárias é dividido em impostos, IPTU, ITBI, ISS, imposto de renda, taxas e contribuições de melhoria. Os impostos, representou em 2022, novecentos e oitenta e quatro milhões. Em 2023, um bilhão e setenta e cinco milhões. Um crescimento de 9,30. O IPTU, que é a principal Receita do município, nós temos em 2022, quinhentos e quarenta e dois milhões. Em 2023, quinhentos e noventa e seis milhões. Uma variação de 9,93. Esse 9,93 representa o trabalho que a Secretaria de Finanças junto com as demais Secretarias, de atualização da planta e atualização cadastral que foi feito no município. Então o resultado tá aí, 9,93 bem acima da inflação. O ITBI, setenta e seis milhões, em 22. Em 23, sessenta e dois milhões. Apesar que foi aprovada pela lei, reduzindo a alíquota do ITBI pra 2023, houve o maior número de contribuintes que, que regularizaram o imóvel. Mas enfim, a Receita ficou um pouquinho abaixo. Mas no, no aspecto de declaração de imóveis, houve um grande volume de contribuintes regularizando, fazendo registro em imóvel. O ISSQN, uma das assistentes que têm maior vigor no município em termos de crescimento, ele fecha em 2022 em duzentos e sessenta e nove milhões. E em 2003, duzentos e vinte cinco milhões, em 9,82%. Então o ISS é uma Receita, apesar que está praticamente a metade do IPTU, é uma Receita que a cada ano, cada exercício, ele mostra um crescimento vertiginoso, reflexo da, do trabalho do pessoal da arrecadação com a direção do nosso Secretário aqui, Francisco Rocha. O imposto de renda é uma questão legal, é uma questão de dedução de pagamento de despesa. O imposto de renda, ele fecha



em noventa e sete milhões, em 2022, e cento e vinte e dois milhões, em 2023. Lembrando que em 2023 a Receita Federal publicou uma instrução da questão de imposto de renda da, da, para os Órgãos Públicos na retenção da fonte, quando a, o Órgão Público faz uma contratação de bens, todo o tipo de bens e todos os tipos de serviço. Anteriormente, a exclusão do Distrito Federal era basicamente sobre a folha de pagamento e serviço. A partir de 2023, já começa a haver a dedução de qualquer compra que o município faça, com algumas exceções, logicamente. Então tem um crescimento de, praticamente de, 26% e isso acrescentou, não tão significativamente, mas é uma parte que demonstra essa variação positiva. As taxas, aqui tá embutido, praticamente, a taxa de lixo, né? Tem outras taxas, mas a mais significativa é do lixo. Aumentou o IPTU, aumentou, tem a variação do FM, nós temos aqui o crescimento da taxa também em torno de 15%. A contribuição de melhoria é um valor bem residual que temos na, na Receita, no município, né? Ele está decaindo, tá em menos de 24%. Enfim, 2022 em termos de Receita tributária fecha em um bilhão, setenta e um milhões contra 2023, um bilhão, cento e setenta e seis milhões, representando 9,75% de crescimento, né? Então é o resultado do esforço de todas as Secretarias envolvidos na parte de arrecadação. Comparando com o exercício anterior, 2022, até o terceiro quadrimestre, a Receita Tributária um bilhão, setenta e um milhões, novamente, e contra o terceiro quadrimestre de 2023, um bilhão, cento e setenta e cinco milhões, representando 9,75%. Então, assim, qualquer análise em relação a inflação é um crescimento significativo, né? Esse quadro, ele tem um detalhamento pouquinho mais, bem mais técnico, né? Ele mostra que a composição da Receita Corrente líquida, ele, ele se baseia nos manuais da, do STN, ele é meio complexo, mas eu acho que, eu acho que eu vou me atentar, porque a parte da Receita eu já comentei, eu vou me atentar só na linha de baixo pra mostrar a Receita Corrente líquida no total do município que aí Receita Corrente líquida era usada tanto pra cálculo da comprometimento das despesas pessoal, como do comprometimento da dívida fundada do município. Em 2022, fechou com um bilhão, oitocentos e trinta e oito mil. Em 2023 nós fechamos com um bilhão, novecentos e sessenta e um milhões. Então toda a demonstração da



Receita reflete nesse quadro, né? Esse quadro que ele é, ele é bem técnico, né? Porque os técnicos da contabilidade que elabora com base nos manuais da, do STN, inclusive há a publicação, foi feita a publicação no Diário Oficial, tá? Então, esse quadro, então, só pra ajustar assim a informação, a linha final é que demonstra o total da Receita Corrente líquida do município, que é onde é a base pra a despesa pessoal e endividamento do município. Agora, passando pra a parte da despesa, quando eu falei da Receita Corrente que, que é a base pra, pra o custeio do município, pra despesas correntes, aqui tem um quadro que demonstra as despesas por categoria econômica. Despesas Correntes, as Despesas de Capital. Então nós vamos começar a falar sobre Despesas Correntes. As Despesas Correntes ela fechou em 2023, o orçamento fixado inicial foi de um bilhão, oitocentos e quarenta e cinco milhões. Esse um bilhão, oitocentos e quarenta e cinco milhões significa que é o orçamento aprovado pelo município, pela Câmara, aqui. Aí, após a início da execução, existe todo o movimento orçamentário que nós somos, N situações que no dia a dia acontece, há ajustes no orçamento, é publicado os decretos de movimentação orçamentaria, então, as Despesas Correntes passou de um bilhão, oitocentos e quarenta e cinco milhões para um bilhão, novecentos e noventa milhões. É por isso que tem aquela coluna orçamento atualizado, tá? Então é o orçamento aprovado pela Câmara e o orçamento no final de 31 de dezembro de 2023. De um bilhão, novecentos e noventa milhões, o município empenhou um bilhão, oitocentos e setenta milhões, então, ou seja, teve uma margem de despesa que não foi empenhada. E do total empenhado de um bilhão, oitocentos e setenta milhões, foi liquidado um bilhão, setecentos e noventa milhões, então ficou uma diferença de despesa liquidada no exercício de 2024 por conta de N situações que o município, ele contratos, né? Que, que são necessários a deixar uma despesa a liquidar em 2024, mas o importante é fixar aqui, de um bilhão, novecentos e noventa do orçamento, foi empenhado um bilhão, oitocentos e setenta milhões, tá? E a despesa paga até 31/12, um bilhão, seiscentos e sessenta e sete milhões, um bilhão, seiscentos e sessenta e oito milhões, né? Tá? Dentro das Despesas Correntes, nós temos a despesa pessoal, que é a principal despesa que nós temos lá dentro das despesas. Ela inicia no orçamento com



oitocentos e trinta e cinco milhões. Ela fecha, em 2023, oitocentos e trinta milhões, praticamente a despesa empenhada de pessoal chegou em setecentos e sessenta e oito milhões, e as liquidadas setecentos e sessenta e oito. E a despesa paga, setecentos e sessenta e seis. Essa diferença, setecentos e sessenta e oito, setecentos e sessenta e seis, despesa paga, são os e cards patronais, que vence em janeiro de 2024. Elas ficam registrada no final de dezembro e são pagas em janeiro de 2024. Os juros da dívida, ela começa com o orçamento aprovado aqui pela Câmara em quarenta e seis milhões, depois de todos os ajustes são necessários a serem feitos por conta dos contratos, ela fecha em trinta e nove milhões no final de 2023, foi empenhado trinta e oito milhões, nove milhões, praticamente todo o saldo orçamentário que ficou liquidou exatamente o valor e foi pago trinta e oito, duzentos cinquenta e um, exatamente por conta disso. Tem contratos que a parcela vence em janeiro e nós somos obrigados a deixar despesa empenhada em dezembro. Agora, as outras despesas Correntes, aí sim, é a manutenção do município. Essas despesas, você pode perceber que, inclusive era um pouco maior inicialmente em relação a despesa pessoal. Aqui estão todos os contratos, de serviços, de fornecimento de materiais, os convênios, os contratos na área de, de saúde, na área de segurança, na área de educação, em todas as áreas, todos os contratos estão ali dentro. Então ela começa com o orçamento de novecentos e sessenta e quatro e seiscentos, depois as atualizações, ela passa para um bilhão, cento e vinte e um e foi empenhado um bilhão, sessenta e dois milhões. E desse um bilhão, sessenta e dois milhões, foi liquidado até 3/12, novecentos e oitenta e dois milhões e foi pago oitocentos e sessenta e três milhões, ou seja, é uma despesa junto com a despesa de pessoal, são as 2 despesas maiores do município que é o, o pessoal, e a manutenção por si só. Aí nós temos na linha de baixo a Despesa de Capital, aqui já é uma despesa um pouquinho menor em relação à Corrente, obviamente. Nós temos a Despesa Pessoal inicial em três, Despesas de Capital, trezentos e sessenta e cinco bilhões, o orçamento atualizado em quatrocentos e quarenta e sete milhões, e foi empenhado duzentos e cinquenta e um milhões. E aqui não existe nenhum problema técnico, porque depende sempre dos contratos, tá? Você pode ter orçamento, você pode ter N situações de planejamento, mas os



contratos exige o empenhamento naquele total e é o que foi feito. Tecnicamente tá perfeito. A despesa liquidado duzentos e cinquenta e um milhões, duzentos e vinte e seis milhões, e a despesa paga cento e cinquenta e nove milhões. E aí abre a parte de investimento, que é a parte, principalmente a parte de obras, ele começa com trezentos e vinte e quatro milhões, foi atualizado para quatrocentos e doze milhões e período duzentos e dezesseis milhões. A despesa de liquidado, cento e noventa e um e a despesa paga, cento e vinte e quatro milhões, tá? E administração da dívida quando entra uma Receita de Capital, uma Receita de operação de crédito, o inverso é o pagamento da amortização da dívida e aqui a amortização da dívida tá só do principal, tá? E nós iniciamos o orçamento com quarenta e um milhões, praticamente, fechou 31/12, com trinta e cinco milhões, praticamente. E a despesa empenhadas, trinta e cinco milhões, e a despesa liquidada trinta e cinco milhões, e a despesa paga, então, a amortização da dívida, ela acontece dentro do exercício, tá? As despesas intraorçamentárias, que é uma linha que tá bem em destaque ali, depois da reserva de contingência, ela, são as transferências que nós temos para o Guarujá Previdência, é a parte da contribuição patronal que o município tem, por uma questão de obrigação patronal, tá? Então, ela começa com oitenta e nove milhões. O orçamento, no final fecha em oitenta e sete milhões. E foi empenhado oitenta, oitenta e um, liquidado, oitenta e um, e foi pago sessenta e dois milhões. A diferença entre o pago e o liquidado ou empenhado significa que a despesa foi paga em janeiro de 2024, tá? Fechando o quadro, o orçamento inicial, ele começa com dois bilhões, trezentos e dois milhões. Ele atualiza pra dois bilhões, quinhentos e vinte e cinco milhões. A despesa empenhada, dos dois bilhões, quinhentos e vinte e cinco milhões, chegou em dois bilhões, duzentos e dois milhões. A despesa liquidada, dois bilhões, noventa e oito milhões. E a despesa paga um bilhão, oitocentos e oitenta e nove milhões. Então, assim, é um resumo da despesa como um todo, né? Ele é bem técnico, mas quando você detalha a Despesa Pessoal e a Despesa Corrente, dá pra ter uma ideia de como está o comprometimento da despesa no município. Uma outra forma de detalhar, que era em grupo de despesas que é mais, aqui é um consolidado praticamente, tá? Porque aí toda a despesa de manutenção de despesas pessoal, ela entra na Despesa



Corrente, as Despesas Corrente ela fecha em um bilhão novecentos e noventa, então aqui tá somado a manutenção do governo, mais a Despesa pessoal. Um bilhão, novecentos e noventa milhões, ela empenha, nós empenhamos um bilhão oitocentos e setenta milhões, significa que ficou em torno de 6%, praticamente, sem empenhar. Ou seja, houve uma economia orçamentaria dentro desse cenário. A Despesa de Capital, ela atualizada o orçamento de quatrocentos e quarenta e sete milhões, empenhou duzentos e cinquenta e um milhões, ficou uma sobra, uma economia orçamentária em torno de quarenta e três, quase 44%, que não foi utilizado no orçamento. Quando a gente fala que não foi utilizado orçamento, não significa que houve algum problema técnico, não existe nada disso. Existe se aplicou dentro da demanda e a comparação que é feita sempre é com a Receita arrecadada e a despesa autorizada. Existe todo um movimento tentar ajustar, porque nem sempre quando você lança o carnê do IPTU, o contribuinte paga. Você tem a previsão de arrecadação daquele valor e a cada quadrimestre tem que ir balizando, quanto que entrou de Receita e quanto de despesa você teve pra realizar. Então isso a Secretaria de Finanças faz, tenta ajustar o máximo pra que a Receita e a despesa fiquem equilibradas, tá? Então o orçamento final, ele fecha atualizado em dois bilhões, quinhentos e vinte e cinco milhões, a despesa empenhada dois bilhões, duzentos e dois milhões. Então, houve uma economia em torno de 12%, praticamente, do orçamento total atualizado. Esse quadro, esse quadro mostra o total liquidado no exercício, é o orçamento totalizado da Despesa Corrente, um bilhão, novecentos e noventa milhões. Total liquidado, um bilhão, setecentos e noventa milhões, liquidado 90%, praticamente. Quando a gente fala do liquidado, é sempre aquela situação, a conta de energia elétrica chegou em dezembro, aliás, não chegou a conta de dezembro ainda, ela chega no começo de janeiro a conta dessa despesa, um exemplo, só pra se mostrar como que funciona. A despesa de dezembro, ela já fica dentro do empenho, então ela fica condicionada dentro do empenho emitido. O liquidado nem sempre representa um total de despesa, porque nesses casos que tô dizendo, a despesa, ela vai entrar em janeiro e é liquidado em janeiro, tá? Então, por isso que o total liquidado, normalmente, é menor o total empenhado, tá? Tem



contratos também, você, a empresa vai emitir a nota fiscal no final de dezembro, chega em janeiro, nós deixamos o saldo no empenho pra liquidar em janeiro, tá? Então, só justificando porque o liquidado, ele é menor do que o total empenhado. Comparando os liquidados, totais liquidados, apurado em dezembro de 22 de dezembro de 2023, a despesa empenhada em 22, um bilhão, oitocentos e dezoito milhões. 2003, dois bilhões, duzentos e dois milhões, representa um crescimento de 21,12. A despesa liquidada, de um bilhão, setecentos e sessenta e sete milhões, passou pra 23 pra dois bilhões, noventa e oito milhões. Crescimento de 18%. E a despesa paga de um bilhão, seiscentos e oitenta e cinco para um bilhão, oitocentos e noventa milhões, praticamente, representando em todos os aspectos, tá vendo? Quando existe um crescimento da Receita, obviamente existe uma demanda por N fatores, tanto em ajuste salarial como em ajustes de contratos e outras despesas que são necessárias pra andamento do governo de aumento da despesa também, tá? A despesa pessoal, agora que a despesa pessoal, existe um cálculo feito a cada, a cada mês pra ver a variação das despesas pessoal, ele fecha aí 30/12/2023, os 12 meses cheio, né? Então, a despesa pessoal totalizou em oitocentos e trinta e três milhões, noventa e um milhões, considerando a despesa empenhada. A Receita Corrente líquida, que eu tava comentando lá atrás, que aquele quadro um pouquinho mais sintético e técnico né? A Receita Corrente líquido apurada lá, atingiu um bilhão, novecentos e setenta e três milhões. Comparando os oitocentos e trinta e três milhões, em relação a um bilhão novecentos e sessenta e três, fechamos 2023, Poder Executivo com 42,46% da Receita Corrente líquida, tá? Lembrando que o limite máximo é 54%, né? Então nós estamos um pouquinho abaixo dos 54, então não significa que tem uma margem significativa pra crescimento, porque a despesa analisada no contexto geral, tanto a despesa pessoal como a manutenção do governo que mostrei lá atrás. Agora, uma análise comparativa entre Receita e despesa. A Receita arrecadada, dois bilhões, quarenta e oito milhões, e a despesa empenhada, dois bilhões, duzentos e dois milhões. A despesa liquidada, dois bilhões, noventa e oito milhões, a despesa paga, um bilhão, oitocentos e oitenta e nove. Então vocês podem ver que mesmo assim, a Receita arrecadada ficou um pouco abaixo da despesa empenhada, porém,



os ajustes são necessários ser feitos de anulação de empenho, quando existe algum empenho escrito resta a pagar que, não, não aconteceu em dezembro, é anulado em janeiro, tá? Tem situações aqui dentro, quando a gente analisa financeiramente a questão do superado financeiro, quando apurado o exercício 2022 e o orçamento é atualizado em 2023. Então, no aspecto geral, se a gente for ver, a Receita arrecadada, dois bilhões, cinquenta milhões, praticamente, de uma despesa empenhada, dois bilhões, duzentos e dois milhões, existe praticamente um equilíbrio. Aí se a gente for analisar, que tem que ter uma análise do superado financeiro e também da possibilidade de anulação de alguns empenhos, agora, em 24. Isso, o departamento de orçamento junto com a equipe sempre faz. Junto com a contabilidade também, tá? Existe a depuração de todos os saltos que é feito logo em janeiro, fevereiro do ano seguinte. O resultado primário, que é um dos quadros necessários que compõem a, a análise do, do quadrimestre, é no início do terceiro quadrimestre de 2003, foi apurado o resultado primário de noventa e dois milhões. Tem um quadro demonstrando que a Receita primária líquida, dois bilhões, e a despesa primária, dois. Então, nesse cenário existe uma positividade muito grande porque o resultado tá positivo, tanto é que a Receita, ela está acima da despesa. Então, assim, em termos de uma análise desse resultado, tá positivo em noventa e dois milhões, né? Aqui é só pra exemplificar ou detalhar o que significa cada item. As Receitas Primárias correspondem ao total das Receitas Orçamentárias deduzidas da operação de crédito às provenientes de rendimentos de aplicação financeira e retorno de operações de crédito, juros e amortizações, o recebimento de recursos oriundos de empréstimos concedidos e as Receitas privatizações. Despesas primárias, corresponde ao total das despesas orçamentárias deduzidas às despesas com juros e a amortizações da dívida interna e externa, com aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido. Resultado primário, que é um, menos o dois, indica se os níveis de gastos orçamentários estão compatíveis com a sua arrecadação, ou seja, se as Receitas Primárias são capazes de importar as despesas primárias, então. André, só voltando. Se a gente analisar por essa ótica, as Receitas



privadas suplantaram as despesas primárias, tá? Então, resultado positivo. Esse quadro ele mostra. Esse já é o estado nominal do município, é uma outra análise, nós temos o resultado primário, temos o resultado nominal, é um comparativo como fechou 2022 e como fechamos em 2023. Ele é composto inicialmente, vou começar pela linha de baixo lá, o ativo disponível. Ativo disponível é o que tá em caixa, né? Todas as possibilidades de ingresso de recurso no município, tanto dinheiro e caixa como alguma situação positiva no balanço a receber. O ativo disponível fechou em 22, com duzentos e cinquenta e um milhões e seiscientos mil, praticamente. E, em 2023, duzentos e cinquenta milhões. Então houve um decréscimo singular, mas isso também não significa, assim, uma análise nesse comportamento preocupação. Os haveres financeiros, dez milhões e oitocentos mil, contra onze milhões. Esses haveres financeiros são resultados que são apurados no balanço, tá? Toda a possibilidade de crédito que o município tem, que é apurado junto da contabilidade, menos restos a pagar processado significa todas essas a pagar liquidado, então, naquele quadro que a gente demonstrou a questão das despesas liquidada, todas essas a pagar liquidada, que não foi pago devido o saldo fica demonstrado aqui. Vais a pagar em 2022, fechou em oitenta e oito milhões. Em 23, duzentos e quinze. Natural crescimento, menos os depósitos restritivos e valores vinculados. Aqui é uma situação que existe, de caução e outras situações que o município, ele é simples depositário que não faz parte da, da Receita do município, então tem que demonstrar os valores que ficam em aberto para um, uma, em um momento oportuno ser restituído aqui de direito. Deduções tá dando, então, a Receita, a dívida consolidada novecentos e trinta e sete milhões, em 2022. As emissões de 22, cento e vinte e oito milhões, então a dívida consolidada dá oitocentos e nove milhões, em 2022. Em 2023, ela passa a ser um bilhão, cento e oitenta e quatro milhões, aqui a dívida consolidada, depois deve ter outro quadro que mostra todas as dívidas que compõem essa dívida consolidada. Aí tem todas as adições que é feita, nós chegamos à dívida líquida de um bilhão, cento e setenta e dois milhões. Então chegamos a um saldo nominal de estado, duzentos e trinta e seis milhões negativo, tá? Então, esse resultado nominal ele atende o ASTN, que ASTN que estabelece a forma de apuração desse quadro,



tá? Como eu disse aqui, tem uma demonstração, uma relação de todas as dívidas que o município tem, né? Tanto em 2022 e 2023, o saldo em 31/12/2023, ela começa com o Banco do Brasil, uma dívida com o Banco do Brasil, em financiamento junto ao Banco do Brasil, por conta de uma legislação, se não me engano, 2000, 1999, 2000, então, ela fecha investidores com catorze milhões. Em 2023, quatorze milhões, quinhentos mil. Temos vários financiamentos em aberto, né? Nós fechamos 2022, cento e noventa e seis milhões. Em 2023, cento e oitenta e seis milhões. Aqui já mostra que já estamos amortizando, já entramos naquele movimento que nós estamos amortizando, e tá caindo o saldo devedor dos, dos, dos financiamentos, né? E a maior dívida do município são os precatórios. Ele fecha em 2022, com quinhentos e noventa e dois milhões. E 2023, oitocentos e oito milhões. Lembrando que esse crescimento de quinhentos e noventa e dois e oitocentos e oito é por conta do mapa que o tribunal de justiça sempre manda, agora, no começo de abril, pra contabilidade, pra Secretaria de Finanças, pra inserir no mapa de precatórios do município, né? Ou seja, uma dívida que cada ano, apesar que o município paga, tem sempre aqueles precatórios que entram que a gente precisa incorporar na contabilidade. Previdência social, cento e vinte e nove milhões, fechou em 22. Cento e setenta milhões, fechou em 23. Outras dívidas, um pouquinho mais, são menores as dívidas, mais cinco milhões, em 22. Quatro milhões, setecentos mil, em 23. A dívida consolidada do município, então, fechou em 22 em novecentos e trinta e quatro milhões, praticamente, em 2023, um bilhão, cento e oitenta e quatro milhões, em 2023. Principal fator aqui, vocês podem ver que os precatórios, né? Que houve aumento da, da dívida consolidada. Após a apuração das dívidas consolidadas, existe as adições, que é o ativo disponível, né? Que é aquilo que eu tinha comentado, todos as possibilidades de crédito que o município tem, ele fechou em 2022 com duzentos e cinquenta e um milhões. Em 2023, duzentos e cinquenta milhões. Os haveres financeiros em dez milhões e oitocentos mil, em 2022, e onze milhões e, praticamente, onze milhões e quinhentos mil, em 23. Os haveres financeiros e os restos a pagar processados. E aqui uma questão técnica, né? Que o, o STN, ele entende que o resto pagar processado, ele tem que ser deduzido nessa linha, tá? E os restos a



pagar processado em 2022, de oitenta e oito milhões. Em 2023, duzentos e quinze milhões. Depósito restituíveis e valores vinculados, nós temos quarenta e cinco milhões, em 2022, e cinquenta e dois milhões, praticamente, em 2023. Total das deduções, nós fechamos cento e vinte e oito milhões, em 2022, e cento e onze milhões, acho que tem um erro ali, né? Esse quadro, ele foi ajustado, o André tá me alertando aqui que, ele foi ajustado pra onze milhões porque o STN, ele não, ele não aceita esse quadro negativo, tá? Então, após os ajustes contábeis, ele ficou em onze milhões. Então, ele passa em 22 pra cento e vinte e oito. E onze milhões, ele fica pra 23. Porque aquela linha do restos à pagar, processado, ele, ele ficaria negativo ali dentro do quadro, então, contabilmente, teve que fazer o ajuste. A diferença a contabilidade já lançou como uma dívida dentro do sistema de compensação do município. A dívida consolidada líquida passa a ser oitocentos e nove milhões, em 2022, e 2023, um bilhão, cento e setenta e três, em 2023. Estão fazendo comparação novamente, nós fechamos em relação à Receita Corrente líquida de 2022 em relação à Receita Corrente líquida de 2023, nós fechamos o endividamento do município em 44%. Então, o endividamento do município em relação a Receita Corrente líquida de 44%, em 2022, e 59%, 44, 59% e 44%, em 2023. Apesar do crescimento proporcional aqui, em relação à Receita Corrente líquida, cabe lembrar que o total endividamento do município é 120%, tá? Então, se a gente for ver, nó temos uma margem muito significativa do município, né? É uma situação que não preocupe em momento nenhum o município, apesar do precatório, tem crescido significativamente, mas uma dívida de longo prazo né? Então essa é uma dívida que é amortizada a longo prazo, tá? Senhores, então, são esses os quadros com base na lei de responsabilidade. Eu encerro aqui a minha fala, eu agradeço a atenção.

VEREADOR FERNANDO MARTINS

DOS SANTOS: Obrigado. A partir. Antes de dar continuidade aqui, quero aqui registrar a presença do nobre Vereador Anderson Figueira Lopes, o Wagner dos Santos Venuto, Waguinho Fé em Deus, bem como também registrar novamente aqui, representando a Guarujá Previdência, a presença do Edler Antonio da Silva e



Lucielma Ferreira Feitosa. A partir deste momento, encontra-se aberto para os senhores Vereadores e munícipes que possam fazer uso da palavra. Vou pedir a compreensão de cada um de vocês, até mesmo porque o horário já se estende, que cada pergunta formulada, que eu vou dar 3 minutos para que possam ser concluída, o questionamento, e que, e eu peço encarecidamente que esse, que esse questionamento sejam feitos em cima do que foi explanado aqui, pra que a gente não possa fugir do tema, tá? Então, vou abrir a palavra aqui pra os nobres Vereadores. Começo com, abrindo a palavra pra o, pra o Vereador Vargas.

VEREADOR CARLOS EDUARDO

VARGAS: Bom dia a todos. Iniciar perguntando qual o motivo desse crescimento de mais de duzentos milhões, na questão dos precatórios? São dívidas antigas, novas dívidas, que, novos processos que estão sendo ajuizados na prefeitura? Porque a gente percebe aqui que houve um crescimento gigantesco, né? São mais de duzentos milhões o, os resultados aqui.

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE

FINANÇAS FRANCISCO JOSÉ ROCHA: Bom dia. Na realidade, a precatória uma dívida muito pesada à prefeitura. O ano passado, se eu não me engano, entrou um precatório de trezentos milhões. Foi isso? 2 precatórios. Tá. Então, são números excessivos, né? Então, só pra ter uma ideia, esse ano, já que entra, nós já entramos com os maiores devedores de precatórios do estado de São Paulo, tá? Então, a primeira, a primeira correspondência do débito já veio comprometendo quase 9% da Receita Corrente líquida, ou seja, vamos falar em 2 pi, né? pra arredondar, teria que pagar cento e oitenta milhões de precatória. Prefeitura recorreu, né? Agora, nós vamos pagando 5%, ou seja, que vai pagar mais ou menos cento e dez milhões de precatório até o final do ano. E aí a gente não vai conseguir saldar, porque a gente tem um salto pra pagar até 2028, é isso, Carlos? 2029. Então, provavelmente, vai ficar esses restos e a prefeitura vai estar brigando na justiça quanto a isso. Pagar 5% da Receita Corrente líquida de precatório é muito alto. O ano passado ele chegou a pagar 4.7, a gente suportou, mas hoje pra liquidar em 2029, teria que chegar quase a 10%. Então, na



realidade a dívida com precatório é a dívida muito alta. Que que nós estamos tentando ver, né? Dentro da Constituição existe uma, uma linha de crédito para precatórios, mas nenhum município conseguiu fazer. Nós vamos tentar fazer esse ano pra que a gente faça essa amortização e usar o saldo dos, dos depósitos judiciais, né? Para amenizar essa situação. Vou falar pra o senhor Vereador, a dívida com precatória, não é a dívida confortável, né? Tá muito alta e a tendência é aumentar para o ano que vem, haja visto que as, essas decisões elas vêm ser transitadas e divulgada ao longo dos anos, mas precatório é preocupante.

VEREADOR CARLOS EDUARDO

VARGAS: Secretário, a gente verifica que o equilíbrio, né? Entre Receita e despesa é muito difícil e cada vez mais é preciso arrecadar. Gostaria de fazer uma pergunta aqui, uma ressalva. Em 2018, a gente criou aqui na, nessa Câmara uma lei, a número 4495, de 2018, que institui a contribuição de turismo sustentável. Foi uma lei que foi criada em 2018, aprovada por essa Câmara, sancionada pelo Prefeito, e a gente verifica que até hoje essa lei, ela não foi colocada em vigor no sentido que, de conseguir fazer essa arrecadação junto ao turismo da cidade, porque é um recurso que iria diretamente pra o fundo municipal de turismo, pra ser reaplicado na qualificação, né? Do, dos funcionários do turismo, cursos de qualificação, questões relacionado a investimentos em melhor sinalização, relacionado ao turismo da cidade. Qual motivo essa, essa legislação ainda ela não foi colocada em, em vigor, fazendo essa arrecadação junto ao município? Tem conhecimento dessa legislação de 2018?

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE

FINANÇAS FRANCISCO JOSÉ ROCHA: Tem, a gente tem conhecimento, o problema às vezes são, é, é uma contribuição, né, Vereador? Ela é, contribuição no imposto, né? Então é muito complicado você fazer essa aplicação dessa legislação, tá? Então, a partir do momento que você tem um imposto, tranquilo, mas é uma contribuição. Então, a gente tá estudando outros métodos pra que isso não seja questionado judicialmente. Porque se eu mandar um boleto pra o cara, como contribuição, ele paga ou não? Né? Então é



muito, é, é, é difícil, tá? Mas a gente tá fazendo um estudo aproveitando essa, esse modelo dessa lei pra que a gente plante, implante já a partir desse ano, que seja uma, uma, uma Receita de caráter contínuo, né? Então é, existe alguns problemas técnicos.

VEREADOR CARLOS EDUARDO

VARGAS: Até porque, muitos municípios do Brasil afora já implementaram essa questão dessa contribuição e, sem dúvida nenhuma, ela ajuda muito o desenvolvimento do turismo, né? Tendo em vista que dificilmente o turista que vem pra a cidade, que se sinta acolhido, seja bem atendido, vai negar essa contribuição aí nos hotéis e pousadas da cidade. É algo pra ficar, de repente, pra ser analisado. Uma outra questão que eu gostaria de ressaltar aqui é referente a, a folha de despesa pessoal. A gente percebe que hoje está em torno de 42%, né? O limite estabelecido por lei é 54%. A gente sabe que há muitos direitos, né? Ainda a serem reconhecidos e regulamentado junto aos servidores públicos municipais, principalmente alguns direitos referente a, a questão previdenciária que até hoje não foi sanados a perspectiva de regulamentar o quanto antes a questão, principalmente referente à gratificação fiscal dos fiscais, audição de risco dos guardas civis municipais, do agente de trânsito, do agente de defesa civil? Assim, são alguns benefícios que hoje já fazem parte da, da folha de contribuição do, da remuneração né? Do, desses servidores, porém, eles não são aplicados como desconto pra efeito de aposentadoria ainda, no Guarujá Previdência. Tem um período pra poder estar regulamentando essa questão, junto a essa categoria de servidores do município?

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE

FINANÇAS FRANCISCO JOSÉ ROCHA: Quanto a questão da previdência, acho que a pessoa mais indicada pra responder é o Presidente daqui. Então, nós entendemos que todos os, os direitos que o trabalhador tem, nós estamos pagando. A gratificação fiscal, o que tá dentro da lei a gente paga. Agora, estender essa base de cálculo pra aposentadoria depende de uma, de uma legislação que eu não sou a pessoa indicada pra responder, talvez na fala do Edler,, ele consiga responder. Acredito eu que depende de lei, tá?



Não é, não é a minha área, mas acho que a pessoa mais dedicada é o Edler pra responder sobre isso

VEREADOR WAGNER DOS SANTOS

VENUTO: É porque a gente percebe que, de certa forma, há margem pra poder fazer essa regulamentação, né? Principalmente, através de lei, a gente sabe que que é necessário. Porém, como existe algumas ações jurídicas, onde alguns servidores já ganharam o direito à contribuição nessa base de cálculo, desses benefícios, outros perdem, e aí fica essa situação, com alguns servidores tendo direito e outros não. Seria, não seria de repente, o momento da administração conseguir regularizar e regulamentar de uma vez por toda essa questão junto a essas categorias?

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS FRANCISCO JOSÉ ROCHA:

Eu acho que é, é mediante lei. Eu não sei se tem lei que permite isso ou não. O que hoje existe é a prefeitura faz dentro da, do seu rol de legislação, ela tá fazendo. Talvez tenha que ter uma, uma, uma legislação especial. Vou só for fazer um adendo com relação aos 44%, né? Tribunal de contas, tem pedido que os municípios contabilizam outras despesas de pessoal, por exemplo, as terceirizações. Lá atrás, quando vem a lei 101, nós éramos obrigados a colocar. Hoje, o tribunal fez vistas grossas, mas agora está atento às terceirizações. E os municípios estão lutando pra que, na realidade, ele não contratou esse serviço de pessoal. Ele contratou, fez um contrato de gestão, exemplo da saúde, mas você pode perceber que ali nesses contratos de gestão é 90, 90%, não, 70% a 80% são despesas com pessoal. Se houver a obrigatoriedade de inserir esse pessoal para despesas pessoal, com certeza nós vamos chegar perto dos 54%. E eu sempre digo o seguinte, pra nós que somos financeiros. Quando você recebe um contrato desse, obrigatoriamente no dia, no quinto dia útil, você tem que pagar essas, essas entidades, se não, elas param. Então é um problema sério de, de ajuste contábil. Contabilmente, nós estamos folgados, tá certo? Mas financeiramente não, porque essas despesas elas fez-se no quinto dia útil, exemplo, chega no quinto dia útil, nós temos mais ou menos cento e sessenta e seis entidades que a prefeitura subvenciona, aí o senhor é conhecedor disso. O não



pagamento das entidades geraria um problema social muito grande, porque ali existe muitas despesas com pessoal. Então, ficar atento porque essas despesas, elas estão próximo aí de 8%, 9%, se adicionarmos aos 44%, vão chegar bem próximo 54%. Então é, é uma linha muito difícil, mas os municípios estão lutando de maneira que essas despesas não façam parte e o tribunal de contas tá insistindo que isso faça parte. Por quê? A alegação técnica mostra que nós não contratamos pessoal, contratamos o contrato de gestão, mas enquanto o técnico, nós sabemos que existe, é uma despesa de pessoal ali embutida e o não pagamento no quinto dia útil é muito complicado. Então, hoje, diria pra você que é, é uma, total das despesas corrente, inclusive com essas terceirizações, ela é uma despesa muito alta pra prefeitura. Lembrando também que nós tivemos um problema o ano passado nas transferências Correntes, tá certo? Você vê que ela teve um acréscimo de 2.8%, a gente olha aí a análise. Tivemos uma queda substancial do Fundeb. Tivemos uma queda substancial do SUS. Tivemos uma queda também do ICMS. Quando você tem uma queda do Fundeb, quando você tem uma queda do SUS, as despesas Correntes com essas, com esses dois serviços que são subsidiados pela essa, por essas Receitas, a não vinda do recurso, quem cobre essa despesa é o Tesouro, foi o que aconteceu ano passado, né? Fizemos uma conta que a gente ia ter uma Receita de Fundeb no seu duzentos e trinta, duzentos e quarenta milhões, entrou um pouco mais de cento e oitenta milhões. Esses quarenta milhões de reais, quem apontou foi o Tesouro. São despesas com educação. Esse ano nós corrigimos isso. A mesma coisa do SUS, né? Cada vez que você, que o SUS, o SUS manda daí, vamos supor, manda 10%. 10% de 100, é 10. 10% de 80, é 8, como a, a Receita da União caiu, você recebeu esses 10, mas são as despesas com a saúde, elas não, elas não são diminuídas na mesma proporção, então, o Tesouro aporta. Então, a gente tem que estar um pouco de cuidado com a questão das Receitas Correntes, principalmente das transferências. Quando ela vem um pouquinho a mais, não é pra expansão da ação governamental, e sim, diminuir a despesa do, do Tesouro. E, ao contrário, também é verdadeiro, quando essa Receita não vem, quem banca é o Tesouro, que foi o aconteceu ano passado. Então, a gente teve uma frustração de Receita nesses dois itens, falando por



volta de cem milhões de reais. Então, por isso a nossa execução orçamentária, ela foi um pouco deficitária em virtude dessas situações. Muito embora as, as Receitas do município que são tratadas diretamente, elas tenham subido, IPTU, ICMS, as taxas que nós administramos. Quando vem de transferência é complicado. Mas a sua pergunta é pertinente referente às, às entradas de outras verbas para aposentadoria, acho que a pessoa mais, mais indicada pra falar, mas eu só fico atento quando a gente lê os 44%. Aparentemente ele é baixo, mas se você for computar essas outras despesas, o nosso nível de comprometimento com essas despesas, elas são altas.

VEREADOR FERNANDO MARTINS

DOS SANTOS: Pessoal, eu quero aqui me desculpar com vocês, eu acabei, acabei cometendo um equívoco aqui, no momento que eu abri a palavra, né? Ainda temos que fazer a apresentação da Guarujá Previdência. Então, eu vou me retratar aqui e solicitar ao Edler ou quem de direito, pra que possa fazer a apresentação da Guarujá Previdência e a posterior nós abrimos pra os questionamentos, ok? Perdoe. Palavra, o Edler.

DIRETOR PRESIDENTE DA

GUARUJÁ PREVIDÊNCIA EDLER ANTONIO DA SILVA: Bom dia a todos. Na pessoa do Presidente da mesa, eu cumprimento a todos os senhores Vereadores, inclusive eu acertei na cor da camisa hoje, né? Porque tô alinhado aí com o Presidente, isso é importante. Espero estar alinhado com os demais senhores também. Eu vou começar então, tentando resolver, né? Responder o questionamento do Vereador Vargas, com relação a regulamentação da base de contribuição previdenciária dos servidores públicos. Nós temos, nós temos uma demanda reprimida desde 2015 com relação a essa questão, quando foi aprovada a lei 179/2015, o artigo 97 previu que seriam regulamentadas as verbas de caráter temporário, porque o 95, ele determina que as verbas permanentes e aquelas individuais, elas são da base de contribuição. O parágrafo único, do artigo 95, determina que o FG e o DAS são contributivos, independentemente se houvesse incorporação ou não. E essa demanda, ela foi discutida várias vezes dentro da autarquia no



Conselho de administração, principalmente, e várias vezes também com o Executivo. E como nós temos outros problemas relacionados à questão previdenciária do município, como os servidores do artigo 19 do ADCT, como a própria imposição da emenda constitucional 103/2019, que nós estamos já no 4º ano, após a reforma da previdência nacional, e nós não fizemos reforma. E este ano, de 2023, nós tivemos discussões em várias searas com o Executivo, tanto pra regulamentação da base, a problemática dos servidores sem concurso público, as questões da reforma da previdência e outras. No último trimestre, por iniciativa da presidência da autarquia, nós iniciamos com uma minuta de reforma da previdência envolvendo 2 leis, primeiro reformando a Lei Orgânica, porque é necessário alterar a idade mínima e o tempo de contribuição mínimos na Lei Orgânica pra alinhar com a reforma da previdência nacional da emenda 103/2019. E a outra proposta, a lei complementar pra regulamentar, para os novos servidores, somente para os novos, as novas regras de idade, tempo de contribuição, forma de cálculo alinhadas com a emenda 103/2019. Pra os servidores atuais, a proposta é discutir algumas regras de transição, sem mudar idade, sem mudar regra de cálculo, sem mudar idade mínima, apenas pra regulamentar, por exemplo, a aposentadoria especial por exposição a agentes nocivos. E essas 2 propostas foram apresentadas numa reunião conjunta entre diretora executiva, conselho de administração, conselho fiscal. Houve apontamentos, nós fizemos revisões, encaminhamos pra o conselho de administração. O conselho de administração criou um grupo de trabalho, o grupo de trabalho discutiu com integrantes do conselho fiscal, do conselho de administração, a minuta de emenda à Lei Orgânica, ela já foi devolvida pelo conselho de administração para a presidência da autarquia. A presidência encaminhou pra a chefia do Executivo, o governo está trabalhando nesta, neste projeto de lei que vai ser encaminhado pra a Câmara em breve, segundo o que nós discutimos com todos os atores. Quanto ao projeto de lei, de uma lei específica, uma lei complementar, hoje e amanhã, o conselho de administração está terminando as discussões, deliberações porque o grupo de trabalho se, se reuniu várias vezes, inclusive servidor da Casa aqui, Rogério Laurindo Rodriguez, que se encontra ali ao lado, é conselheiro do conselho fiscal, fez parte das



discussões do grupo de trabalho e a última discussão que nós tivemos foi recente. Eu não, não vou lembrar a data que não sei se foi essa semana ou não a semana passada. Ah, foi segunda-feira, agora, foi segunda-feira. Que a, que a demanda de trabalho é tão grande que a gente se perde até às vezes na, na data das ocorrências. E ficou alinhado assim que, hoje e amanhã, se consultarem o Diário Oficial, as convocações das reuniões foram feitas no Diário Oficial. O conselho de administração, hoje e amanhã deve finalizar essa discussão e a deliberação, assim que chegar pra nós, nós vamos encaminhar. Eu tive que fazer esse apanhado pra contextualizar que, da parte da autarquia, nós estamos trabalhando pra indicar os caminhos menos complicado, né? Que terão menos impactos políticos negativos e menos dificuldade de serem implantados, porém, essas leis, antes de virem como o projeto pra a Câmara, elas vão tramitar na prefeitura, então vão ter estudos de impacto financeiro e orçamentário lá. Eu não sei se tudo será acolhido, mas das nossas propostas, como o ponto principal pra nós era a regulamentação da base de contribuição previdenciária, fizemos questão de indicar todas as verbas no rol taxativo de todas que deveriam ser incluídas na base, incluindo a gratificação de risco, incluindo a gratificação fiscal e outras verbas que algumas categorias pleiteiam há muito tempo e com vários servidores dessas categorias conseguiram, inclusive na justiça, a implementação dessas contribuições. E no rol taxativo, tem aquelas verbas que seriam as permanentes, que já são contributivas hoje, tem aquelas que seriam facultativas, ou seja, o servidor teria que optar pela inclusão delas e ter como a insalubridade, e tem outras verbas que já no rol a gente deixou claro, essas não serão contributivas, por exemplo, adicional noturno e horas extras porque a legislação federal não permite que elas sejam contributivas. Só pra nós entendermos o contexto. Então, da parte previdenciária, nós estamos trabalhando pra viabilizar, pavimentar o caminho pra que o Executivo faça as suas análises e encaminhe pra a Câmara. E nós temos uma preocupação que, esse encaminhamento deve ser feito ainda neste mês de março ou no máximo abril. Por quê? Nós temos a discussão da revisão geral anual dos servidores, previsto lei, e nós temos a problemática que é o ano eleitoral, então pra nós evitarmos qualquer outros problemas com o Órgão de fiscalização, a



indicação que nós damos é que seja feito a toque de caixa pra viabilizar, nem que iniciasse um pouco depois, nem que iniciasse algumas coisas a partir de janeiro do ano que vem, mas se fizesse agora, seria melhor. Isso é outra questão. Mas a gente sabe que o Executivo vai ter uma demanda que vai chegar pra eles e, e, a gente sabe que vai precisar fazer um, um estudo de impacto contemplando todas as verbas, porque haviam 6 processos que estavam no Executivo, todos vieram pra, pra a autarquia, todos pedindo pra fazer a reforma e nós incluímos todas as demandas, aquilo que é possível. A questão dos servidores que não tem concurso, não tem como incluir nada agora em projeto de lei, porque está sob recurso no TJ. Inclusive, a procuradoria conseguiu lograr êxito num embargo de declaração, então a gente ainda tá dependendo da decisão judicial pra verificar o que vai ser feito com esse grupo de servidores que não atingiu o requisitos até a data do julgamento. Então é isso, nós temos um desafio muito grande pra o município de tentar fazer essa reforma, essa reforma que ela já, nós já temos alguns aspectos da reforma de 2019, nós já fizemos no município, que foi a regulamentação da base da, da contribuição previdenciária mínima de 14%. Hoje, os servidores já tá com 14%, a patronal é 15,25%, o regime de previdência complementar, que limita os benefícios dos novos servidores ao teto do regime geral, já está implementado, e outras coisas que nós fizemos no decorrer desses 4 anos faltando esta reforma, que não vai trazer regras de transição mexendo nos direitos de quem já está no serviço público hoje. Ou seja, só quem ingressasse no serviço público após essas 2 leis que estariam naquele regime da reforma, e os demais estão como regra de transição nas regras da lei 179 e outras que estão nessas 2 propostas, respeitando idade mínima, tempo de contribuição mínima e forma de cálculo. Então, o desafio é esse, a autarquia finalizar em tempo hábil o seu trabalho, encaminhando para o Executivo, o Executivo fazendo as suas análises, acolhendo a proposta na íntegra ou não, porque vai depender também das análises dos técnicos da prefeitura e avaliação política também do governo, e o encaminhamento aqui pra a Casa de leis. Se houver o encaminhamento, o nosso pedido é que tenha também uma atenção especial dos Vereadores pra resolver essa situação. Como eu falei, desde 2015, quando foi regulamentada a lei 179, ou seja, já vamos



aí pra o 9º ano, não temos essa regulamentação, que já não havia também clareza em 2013, quando iniciou o regime. Então nós podemos falar que estamos há 11 anos aguardando uma regulamentação dessas verbas, incluindo a gratificação de risco, questionado aí pelo Vereador Eduardo Vargas. Respondido? Então, vamos começar. Alguém tem mais um questionamento sobre essa questão que foi suscitada pelo, pelo Vereador Vargas pro Secretário de Finanças? Então vamos então pra aqui pra apresentação do cumprimento das metas fiscais do terceiro quadrimestre de 2023, que coincide com dezembro, coincide com o fechamento do ano. Nós temos a Receita Corrente, prevista em 2023, de noventa milhões. E previsto para o terceiro quadrimestre de 2023, também o mesmo valor. As Receitas Intra-Orçamentárias, tanto a prevista pra o ano quanto pro terceiro quadrimestre, noventa e um milhões e o total das Receitas, tanto a prevista pra o ano quanto pra o terceiro quadrimestre, cento e oitenta e um milhões. Importante falar aqui da Receita realizada. Na Receita Corrente, foi realizado cento e sessenta e dois milhões. Na Receita Intra-Orçamentária, foi realizada setenta e oito milhões. Total das Receitas realizadas, duzentos e quarenta milhões. Então, percebe-se uma diferença, a maior, porque nós temos a taxa de administração e temos a reserva da taxa de administração e nós temos usado valores da reserva pra suplementação de despesas. Contribuição por ente patronal. As contribuições recebidas pela Guarujá Previdência, respeitando-se a segregação de massas, foi no total de cento e trinta e oito milhões. Só pra abrir um parêntese, o que é a segregação de massa, os servidores antigos, que ingressaram no serviço público até o ano 2000, estão no plano financeiro. Os servidores que ingressaram após o ano 2000 estão no plano previdenciário. Essa medida foi necessária na época da migração, em 2012, segundo os estudos atuais, para que houvesse um equilíbrio financeiro e atuarial do regime. E esse equilíbrio determina que, no plano financeiro, todos os meses é feita a arrecadação e vão, vão se pagando os benefícios da aposentadoria de pensão e quando não houver mais recursos suficientes pra pagar os benefícios, quem vai pagar diretamente é o Tesouro. Enquanto no plano previdenciário a ideia é que seja um plano mais longo e que entradas de contribuições sejam suficientes pra pagar os benefícios futuros. Hoje, temos esse



equilíbrio garantido, primeiro pela medida desde a migração, que foi a segregação de massa, e também por outras medidas que temos feito na, temos feito na gestão atuarial do regime. Aquela primeira, aquele primeiro quadro, é, é a contribuição da prefeitura, a contribuição da Guarujá Previdência, o total deu seiscentos e sessenta e dois mil reais, apenas servidores da autarquia. E nós temos cedidos também, né? Mas aí, ele é, no total a gente deu, deu esse valor, né? A contribuição referente aos servidores segurados do RPPS da Câmara. Total, três milhões, quinhentos e cinquenta e nove mil. Os servidores cedidos e licenças sem vencimentos, uma arrecadação de trinta mil reais. Inativos e pensionistas, lembrando que o que é arrecadação pra nós, entra como despesa pra os Órgãos, né? Tanto a prefeitura, a Câmara e a Guarujá Previdência, porque a Guarujá Previdência é uma autarquia que faz a gestão do RPPS, o RPPS é do município, então mesmo tendo, sendo o gestor do RPPS, a autarquia, como um Órgãos do município, ela também faz as suas contribuições. Inativos e pensionistas, total, um milhão, trezentos e vinte e quatro mil. E nós vamos observar que não tem contribuição patronal pra inativos e pensionistas, só tem a contribuição individual. Por isso que o valor é igual. Ali tem alguns detalhamentos, inativos da lei 1212, da prefeitura. Inativos da lei 1212, da Câmara. Aí nós temos outros inativos do plano financeiro, inativos do plano previdenciário, os pensionistas da lei 1212, pensionistas do plano financeiro, pensionistas do plano previdenciário, porque é feita essa distinção, porque toda a despesa com os servidores aposentados e os pensionistas da lei 1212 é feita pela prefeitura ou uma parte pela Câmara. E a gente só faz a gestão, recebe o valor e paga nas folhas de pagamento de benefício desses servidores. O total da contribuição do servidor, setenta e quatro milhões, e dá pra tornar o sessenta e nove milhões. Total, cento e quarenta e quatro milhões de contribuições. Despesas, total da despesa, setenta e quatro milhões, sendo que nós vamos ver que a empenhada era cinquenta e cinco milhões e teve um gasto maior do que o empenhado. Destaque ali pra despesas Correntes, cinquenta e cinco milhões empenhadas, e setenta e três milhões empenhada no, no quadrimestre. Ah tá, o comparativo de 2022, 2023. Então tá. É o quadro comparativo que é obrigado a fazer, né? A lei determina. E aí a gente tem um destaque pra os



investimentos, que. Ali é rendimento? Ah tá. Investimento ali então leia-se que é o que a gente tem empenhado pra a construção da sede, que nós estamos na fase agora do projeto Executivo, superamos que até maio finalize o Executivo pra a gente abrir uma outra licitação, que aí é de fato a construção, porque nós já fizemos o projeto básico, outras viabilizações e a partir de maio a gente começa a trabalhar sabendo qual é o valor da obra, porque vai ter o detalhamento do Executivo de cada projeto e gastos com a AVCB e outras questões técnicas, a gente começa a trabalhar com esses novos gastos que teremos, né? Então, nós vamos ver no total de despesas, nas despesas Correntes, o orçamento fixado, oitenta e quatro milhões. Atualizado, oitenta e sete milhões. Empenhado, setenta e três milhões. E a despesa liquidada setenta e dois milhões. Igual a paga. Despesas de Capital, dois mil, no orçamento fixado. Atualizado, oitocentos e vinte e dois mil. A despesa empenhada, quatrocentos e sessenta e um mil. A despesa liquidada e a despesa paga, vinte mil. A reserva de contingência da RPPS, cento e dez mil, no orçamento fixado anual e o atualizado cento e oito milhões. Total liquidado e pago, setenta e dois milhões. Despesas com inativas e pensionistas. O total de despesa liquidada e paga, sessenta e cinco milhões. O resumo das despesas com aposentados e pensionistas, a gente vai ver com a aposentadorias de liquidado e pago quarenta e oito milhões, quase quarenta e nove milhões. Pensionistas, quinze milhões. Sentenças judiciais, trinta e três mil. Obrigações tributárias, oitocentos e cinquenta e nove mil. Indenizações de restituições, noventa e cinco mil. Total, sessenta e cinco milhões. Os detalhes dos números estão aí no, nos documentos entregues, fica pra registro, a gente faz uma apresentação com a fala de arredondamento pra facilitar também a compreensão. Vamos entender ali os tipos de aposentadorias que nós temos nos dois planos, tanto o previdenciário quanto no financeiro. A compulsória do financeiro, deu um total de 15. Invalidez, 37. Voluntária por idade, 162. Especial por agentes nocivos 1. Por idade, tempo de contribuição, 222. Por idade de contribuição do professor, que é especial do magistério, 143. Pensão por morte do servidor ativo, 83. Pensão por morte do servidor inativo, 10. Total, 673 benefícios do plano financeiro que aqueles dos servidores que ingressaram até o ano 2000, servidores mais



idosos, a maioria deles, e mais antigos de casa, óbvio. No plano previdenciário compulsória 3, ou seja, somente 3 servidores aposentados ao completar 75 anos pela compulsória nesse plano, sendo que o outro tem 15. A invalidez verifica-se que, independentemente de quando ingressou na prefeitura, tem um empate técnico, né? 37 na invalidez do plano financeiro, 35 no plano previdenciário. Então, só de invalidez, nós falamos aí de 72 aposentadorias. A voluntária por idade do plano previdenciário, 46. Por idade de contribuição, 33. Por idade, com tempo de contribuição do professor, 9. Pensão por morte de servidor ativo, 62. E pensão por morte do servidor inativo, 4. Total, 192 benefícios. A soma do plano previdenciário com o plano financeiro deu, 865 benefícios. Despesa administrativas. Despesa com o pessoal liquidado e pago, total, três milhões e quatrocentos mil. Outras despesas, três milhões, oitocentos e cinquenta mil. Investimentos, vinte mil. Total, sete milhões, duzentos e noventa e quatro mil. Milhões. Despesas construção da sede da autarquia, tem um detalhamento ali, inicial foi lançado com, com mil reais. Atualizados, setecentos e um mil. Despesas empenhados quatrocentos e cinquenta. Quatrocentos e cinco mil. Investimentos. Batemos a meta dos investimentos, depois de anos difíceis por causa da pandemia, guerra da Rússia, cenário nacional e mundial muito difíceis. Em 2023, após várias ações do Comitê de Investimento conseguimos bater, conseguimos bater a meta atuarial. Então, nós temos investimentos em títulos públicos, quinhentos e quarenta e dois milhões. Total da carteira, 44,62%, então a gente tá quase perto de, da metade do total da nossa carteira em títulos públicos, que foi a orientação dada no estudo de ALM, que visa o casamento de ativos e passivos pra adimplir com os compromissos atuariais. Fundos 100% dos títulos públicos referenciados, 14,86%, totalizando cento e oitenta milhões na carteira. Então, se somar fundo do título público com título público, dá mais de 50%, vai dar 58, 59% da nossa carteira. Isso pra ter segurança, pra ter uma rentabilidade garantida, mas com segurança. Batendo meta. Fundo de renda fixa, 24,87%, totalizando trezentos e dois milhões. Fundo de renda fixa, crédito privado, 0,48%, totalizando cinco milhões. Que tem maior risco. Crédito privado tem maior risco do que título público. Fundos de ações,



também tem maior risco, 7,7%. Total, noventa e três milhões. Aí nós temos o total de renda fixa, um milhão, um bilhão, um bilhão e trinta e um milhões, e o total renda variável, noventa e três milhões. Investimentos no exterior, nós temos um total de quarenta e oito milhões, equivalente a 4,03% da nossa carteira. Total de investimentos estruturados, 2,87%, equivalente a trinta e quatro milhões. Fundos de investimento imobiliário, 0,58%. Porque não tem tanto interesse, não tem liquidez. Sete milhões. O total da carteira, um bilhão, duzentos e dezesseis milhões, que visam render e um dia pagar benefícios previdenciários. Esse dinheiro não serve pra nenhuma outra finalidade, somente pra pagamento de aposentadorias e pensões, porque quando se projeta 75 anos, esse valor, que todo mês tem uma entrada que hoje está doze milhões, ele vai entrar, vai pagar o benefício Corrente do mês de aposentadoria de pensão, o restante vai ser investido e vai somando pra, lá na frente, garantir que todas as aposentadorias e pensão vão ser pagas e vai ter o equilíbrio, quer dizer, vai fechar a conta no zero pra 75 anos. É isso que o atuário faz. Próximo. Meta atuarial e retorno. O demonstrativo abaixo tem como objetivo apresentar o percentual de atingimento da meta atuarial. A meta atuarial anual é IPCA, mais 5,23%. O resultado do retorno percentual obtido ao se dividir o retorno ajustado em reais pelo salário anterior inicial. O IPC somado ao rendimento de juros real estipulado, resultou numa meta estimada de 10,03%, sendo o retorno da carteira no exercício de 2023, de 12,67%, acima da meta estabelecida. Então, o retorno 12,67%, a meta 10,03%, batemos a meta. A evolução do patrimônio, tem ali que, verifica-se que é uma curva crescente, todos os anos, os últimos anos, desde 2016, mas desde o início houve esse crescimento nessa curva crescente. Eu quero agradecer a presença da gerente de planejamento de orçamento, contabilidade e finanças, Lucielma Ferreira Feitosa, que está aqui do meu lado. A gerente da administração, Maria José Lima Rodrigues. O gerente de previdência Alexandre Santos de Brito está atendendo servidores junto com a equipe, pelo projeto lá na guarda municipal e estamos aqui com a presença da servidora Vânia Gartner nos acompanhando. Fico à disposição pra tirar qualquer dúvidas.



VEREADOR FERNANDO MARTINS

DOS SANTOS: Obrigado, Edler. E agora sim, a partir deste momento encontra-se aberto para que os senhores Vereadores e munícipes possam fazer uso da palavra. Peço mais uma vez encarecidamente pra que todos respeitem o tempo de 3 minutos nos seus questionamentos, sejam, que se atenham a matéria ao qual foi explanada aqui, tanto pelo Edler quanto pelo pessoal da Secretaria de Finanças, e representando aqui o nobre Vereador Anderson Figueira Lopes, vou abrir a palavra pra o seu assessor, o Igor, Igor Paiva. Com a palavra, Igor.

IGOR A SOUZA - ASSESSOR

PROFESSOR ANDERSON FIGUEIRA: Bom dia a todos, meu nome é Igor, sou da assessoria do Vereador professor Anderson Figueira, que desde já justifica a ausência, teve um compromisso com a, vai dar aula, né? Então, eu estou aqui representando ele. Eu gostaria só de poder contribuir aí com a explanação que foi falado pelo Vereador Vargas a respeito do precatório. E eu queria saber se a, a Secretaria de Finanças tem algum plano de ação pra estar reduzindo esse precatório pra que, como foi explanado, tem um limite de 120% da dívida consolidada, que esse valor pudesse ter alguma ação para evitar no passar dos bastões. Hoje, a pergunta clássica, a primeira é essa né? Qual é a ação pra tentar, lógico que decisão judicial não se, não se discute, se cumpre, mas no decorrer das ações processuais nós podemos evitar que chegue a um valor tão grande e, hoje, atualmente, nós vamos logo, logo projetar o terceiro quadrimestre de 2024, que é o encerramento do governo Doutor Válter Suman, e qual é a projeção de dívida para os próximos anos e se o senhor tem conhecimento de qual é o último vencimento dos compromissos, assumido até o presente dia?

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE

FINANÇAS FRANCISCO JOSÉ ROCHA: Bom, com relação. Boa tarde. Bom dia, Vereador. Com relação aos precatórios, foi feito, agora, um novo chamamento para os interessados em fazer uma negociação com a redução de até 40% dos valores. E sendo positivo, ajuda muito, porque aí, o que acontece? Essas pessoas que aderir esse novo plano de pagamento, entrarão, teriam ordem de



prioridade e vencimento mais cedo, né? Acredito que deva surtir algum resultado, mas ainda a gente não tem isso consolidado. É como diz, precatório é complicado porque existe N ações correndo, né? Hoje, a gente tá aí com quase oitocentos e quinze milhões de reais de precatórios. Provavelmente mais alguns outros virão, mas a gente não vê esse número ainda. Então, podemos fazer, sim, o levantamento pra ver quais as, as ações que têm. Existe alguns casos que tá se discutindo a questão de juros, né? Tem um precatório grande aí de um banco, se eu não me engano, tá discutindo aí aproximadamente duzentos milhões de juros. Mas as pessoas têm isso a seu favor, né? As decisões judiciais são demoradas, mas a gente tem um jurídico bem atuante nessa, nessa parte, o que nos deixa muito tranquilos, né? A questão de precatório, ela é cuidada com muito zelo pelo corpo de juiz da prefeitura, né? Tem um servidor lá que eu já falei com o Prefeito que teria que dar uma estátua pra ele, que é o, é o Doutor Lucas Ricetti, né? Uma pessoa de extremo zelo com a questão de precatório. A nossa ideia, a dívida de curto prazo é zerar, né? Até 31 de dezembro, nós estamos trabalhando fortemente na arrecadação, notadamente na questão da, da dívida ativa, né? As pessoas vão se espantar com o número de créditos que a prefeitura tem, que nós vamos cancelar, mas são créditos podres. Nós temos uma dívida ativa, mais ou menos de oito bilhões e quinhentos milhões de reais. A nossa estimativa é que ela chegue no máximo, no máximo a quatro bilhões e quinhentos milhões a cinco bilhões. Então nós estamos trabalhando na, de maneira que a gente reduza esse crédito. É um crédito podre, né? A gente não consegue cobrar e lançar os últimos 5 anos mais o exercício, então, hoje nós estamos atuando nos 100 maiores, né? Os 100 maiores, representa quase 40% do valor total da dívida ativa. E estamos trabalhando bastante no, no sentido que a gente tenha êxito na negativação e a nossa ideia é que fica ao final de maio, junho, nós tenhamos aí mais ou menos 12 mil contribuintes do horizonte de 40 mil, no processo de, de, de pagamento efetivo, né? Demora, é difícil, não foi fácil, foi 1 ano e 2 meses que nós estamos nessa, nessa peleja. Chegamos num primeiro momento que agora a gente já conseguiu já, enxergar quais são os créditos bons da prefeitura. Infelizmente, tem essa demora, né? E haverá alguns questionamentos por conta dos



cancelamentos, mas é justamente isso, o que que a gente quer? É não criar um, um débito pior, né? E aí a gente utilizar parte desses recursos pra diminuir a dívida pública final, tá? E, se possível, antecipar os precatórios dentro da legislação. Mas a gente não conta com novos recursos, a gente só conta com os nossos do dia a dia. Claramente, que a gente vai buscar ainda utilizar parte da, da, dos depósitos judiciais, tem até, mais ou menos, dez milhões lá e a gente vai ver um financiamento, que o financiamento é a longo prazo, né, Vereador? Pegar um financiamento de 25 anos. Vamos supor que você pegue duzentos milhões, em 25 anos? Então, 25 anos pra você pagar e não duzentos milhões pra você pagar em 4 anos, né? Que é o que resta, 4 pra 5 anos. Então essa, essa é a, é a nossa briga, a gente reduzir esse estoque de maneira que a próxima gestão consiga respirar. Não é uma promessa, é um trabalho que a gente vai fazer, tá?

IGOR A SOUZA - ASSESSOR

PROFESSOR ANDERSON FIGUEIRA: Senhor Presidente, só pra, o senhor consegue especificar o compromisso maior que o município, município tem hoje? Vai, 2035 tem. O mais longe possível.

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE

FINANÇAS FRANCISCO JOSÉ ROCHA: Não, não, não. Na realidade, todos esses, os precatórios todos eles.

IGOR A SOUZA - ASSESSOR

PROFESSOR ANDERSON FIGUEIRA: Não, precatórios, não, dívida. Aí nós, eu já fiz 2 perguntas, o precatório, o senhor.

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE

FINANÇAS FRANCISCO JOSÉ ROCHA: A, dívida, a dívida pública, eu não lembro. Ela vai até que ano? 2000 e. Não, mas a gente tem um prazo da dívida pública. Já contratou a contratada. Uma são de 8 anos, que foram FINISA, as outras, acredito que mais ou menos 2030, 2035 deva estar tudo liquidado. Mas a dívida pública em si, eu não me preocupo porque ela é longa, ela, ela, ela, ela tem um prazo, ela tem um prazo alongado. O nosso problema hoje, a dívida de curto prazo, que são os restos a pagar, ficou muito prejudicado por conta do ano passado, dessa queda de Receita, notadamente das transferências estaduais e federais, Fundeb e SUS, né? O que o,



o Tesouro fosse obrigado a portar recursos em virtude do, do ingresso dessas, dessas Receitas. A gente não, não conseguiu cortar despesa, né? Então a ideia nossa é zerar essa dívida de curto prazo ainda, até 31 de dezembro. E a dívida pública, eu não me preocupo com a dívida pública geral, ela é bem alongada, tá certo? São os contratos de 25, 30 anos, mas o nosso problema, hoje, reside na questão da dívida pública é curta, mais os precatórios que é muito prejudicial pra nós e os precatórios estão trabalhando nesse sentido.

IGOR A SOUZA - ASSESSOR

PROFESSOR ANDERSON FIGUEIRA: Só para terminar meu, meus 3 minutos que me resta. Quando eu falei em ações, eu queria que o senhor exportasse pra nós, qual o entendimento do governo a respeito da, da compensação tributária, uma vez que o código tributário nacional permite essa operação? Eu, eu pensava, eu esperava ouvir um estudo a respeito da compensação tributária porque nós temos Terracom, que é credora, em outras situações é devedora. Nós poderíamos eliminar esse precatório de setenta milhões, fazendo uma compensação tributária. Se tu me deve 50, eu te devo 30, logo vamos ficar com os vinte milhões e resolve a situação.

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE

FINANÇAS FRANCISCO JOSÉ ROCHA: Tá. Dentro da compensação tributária depende da outra parte, né? Se ela tem um crédito conosco e nós temos um crédito com ele, poderíamos fazer. Não é o caso, exemplo da, da Terracom, ela tem créditos, ela não tem débitos conosco, mas, em sendo possível, vamos fazer porque pra nós é importante. A partir do momento que você compensa, a única coisa que você tem que fazer é arrumar o orçamento pra fazer essa compensação. Mas não existiu essa possibilidade, a possibilidade que tá existindo hoje, com relação aos precatórios, foi feito esse chamamento pra que as pessoas aderissem ao plano de desconto de 40% e eles fazerem parte, ingressarem mais cedo na fila de pagamentos, basicamente isso.

IGOR A SOUZA - ASSESSOR

PROFESSOR ANDERSON FIGUEIRA: O código tributário



municipal não prevê, por isso que não executa. Aí tinha que ter uma.

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS FRANCISCO JOSÉ ROCHA: Não, não, existe uma lei, sim, de compensação.

IGOR A SOUZA - ASSESSOR PROFESSOR ANDERSON FIGUEIRA: Não, nosso código tributário municipal, não.

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS FRANCISCO JOSÉ ROCHA: Não, mas nós temos uma lei para as finanças

IGOR A SOUZA - ASSESSOR PROFESSOR ANDERSON FIGUEIRA: Aí a lei federal, o código tributário nacional permite. Acredito que aí era a questão do Executivo mandar pra esta Casa uma proposta, porque só ele pode fazer Renúncia de tributos de Receita, e aí acertava essa situação. Muito mais fácil. Por isso que eu fiz a menção em continuar a pergunta do Vereador Vargas, porque hoje o vilão é o precatório. Nós temos institutos jurídicos que pode resolver esse problema pra não ter mais esse gasto. Aí aqui, por isso que eu falei que minha palavra era para contribuir, levar ao governo o conhecimento que há previsão supra normativa da lei federal, que pode sim, alterar o código tributário, prevendo a compensação tributária e logo, em vez de fazer um chamamento, um possível acordo já dentro da lei, o próprio advogado, dentro do processo, ele peticiona a composição, termina-se a ação e assim é feito. Existem inúmeros pedidos assim, mas o jurídico responde que não há previsão legal. E aí fica infrutífera, aí o município pagando juros sobre juros. É uma forma, é contribuição, tá bem?

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS FRANCISCO JOSÉ ROCHA: Tá ok, então a gente vai ver essa legislação, acredito que ela deva existir, mas dentro da compensação, o que acontece? O cidadão da, da ponta, ele tem que ter um crédito e nós temos que ter um. Mas tá bom, então a gente vai verificar isso. Vamos dar uma olhada nisso, Vereador, e a gente



responde na próxima audiência nossa, com certeza. Ou antes disso, a gente vai officiar a Câmara. E não havendo legislação pra fazer essa, essa alteração tributária e agradeço a sua contribuição.

VEREADOR FERNANDO MARTINS

DOS SANTOS: Continuamos aqui dando o direito do uso da palavra para os, os munícipes que se encontram presente. Alguém que queira fazer uso da palavra. Bom, não tendo manifestação, quero aqui agradecer, mais uma vez, aos funcionários dessa Casa por todo suporte nos dado aqui. Agradecer a presença de cada um aqui, quero citar aqui o senhor Edler, a, a Luciélma, a Maria José Lima. Em nome do Secretário quero aqui agradecer a presença de todos os funcionários da Secretaria Municipal de Finanças e mais uma vez, agradecer aqui a presença da imprensa. Não havendo mais oradores, agradecemos a presença de todos e declaro encerrada a presente sessão, a, a presente audiência pública. São precisamente 11 horas e 43 minutos. Está encerrada a audiência.

Guarujá, 28 de fevereiro de 2024

Vereador Fernando Martins dos Santos

Presidente

Francisco José Rocha

Secretário de Finanças

Edler Antonio da Silva

Diretor Presidente da Guarujá Previdência





PREFEITURA DE Guarujá

SECRETARIA DE FINANÇAS
Diretoria de Contabilidade

Evento:

Local:

AUDIÊNCIA PÚBLICA -3º QUADRIMESTRE 2023

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARUJÁ, EM 28 DE FEVEREIRO DE 2024, ÀS 10 HORAS

LISTA DE PRESENÇA

Fl. 01/03

NOME COMPLETO	R.G.	ENTIDADE	OUTROS	ASSINATURA
<i>Amilinda M. M. M.</i>	<i>25091997-7</i>	<i>PMG</i>	<i>SEFIN</i>	<i>Amilinda M. M. M.</i>
<i>Marcelo Luiz Silva</i>	<i>6.641.951</i>	<i>PMG</i>	<i>SEFIN</i>	<i>Marcelo Luiz Silva</i>
<i>Castiano Aparecido de Souza</i>	<i>34.641.448-9</i>	<i>CMG</i>		<i>Castiano Aparecido de Souza</i>
<i>GUILHERME DA COSTA LOPES</i>	<i>10.041.566</i>	<i>CMG</i>		<i>GUILHERME DA COSTA LOPES</i>
<i>CEOU XAVIER M. FERIAS</i>	<i>15217243</i>	<i>PMG</i>	<i>SEFIN</i>	<i>CEOU XAVIER M. FERIAS</i>
<i>Flavio Augusto Rocco</i>	<i>465331655</i>	<i>PMG</i>	<i>SEFIN</i>	<i>Flavio Augusto Rocco</i>
<i>Carlos Eduardo Vargas</i>	<i>08.419.159-8</i>	<i>Camara</i>		<i>Carlos Eduardo Vargas</i>
<i>Paulo Gustavo de S. Soares</i>	<i>22.379.752-2</i>	<i>Camara</i>		<i>Paulo Gustavo de S. Soares</i>
<i>THIAGO ARAUJO</i>	<i>36255458-6</i>	<i>CMG</i>		<i>THIAGO ARAUJO</i>
<i>Lucilene Ferreira Leite</i>	<i>21113411-1</i>	<i>Org. Local</i>	<i>Org. Local</i>	<i>Lucilene Ferreira Leite</i>
<i>Andressa Figueiredo</i>		<i>Camara</i>	<i>Camara</i>	<i>Andressa Figueiredo</i>
<i>Wagner de F. N.</i>		<i>Camara</i>	<i>Camara</i>	<i>Wagner de F. N.</i>
<i>EDR A. SOUZA</i>	<i>283206223</i>	<i>Camara</i>	<i>Camara</i>	<i>EDR A. SOUZA</i>





PREFEITURA DE
Guarujá

Trabalhando por nossa gente!

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais Conf. Art. 9º § 4º LC 101/2000 3º Quadrimestre 2023

Autenticar documento em <https://guaruja.camarasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 32003000330032003A00540052004100, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.





PREFEITURA DE
Guarujá

Trabalhando por nossa gente!

RECEITA



Autenticar documento em <https://guaruja.camarasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 32003000330032003A00540052004100, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.



- A Receita Total no 3º Quadrimestre de 2022 atingiu o montante de **R\$ 1.913.584.416,95**
- A Receita Total no 3º Quadrimestre de 2023 atingiu o montante de **R\$ 2.048.727.102,65**
- Avaliando o período acima, constata-se o acréscimo da receita arrecadada na ordem de **R\$ 135.142.685,70** **motivado principalmente pelas Receitas Tributárias, Outras Receitas Correntes e Transferências Correntes.**
- **Portanto representando uma variação na ordem de 7,06%,** conforme segue:

Receita Arrecadada até 12/2022	Receita Arrecadada até 12/2023	Acréscimo de:	%
R\$ 1.913.584.416,95	R\$ 2.048.727.102,65	R\$ 135.142.685,70	7,06





PREFEITURA DE
Guarujá

Trabalhando por nossa gente!

Quadros Comparativos das Receitas

Autenticar documento em <https://guaruja.camarasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 32003000330032003A00540052004100, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.





PREFEITURA DE Guarujá

Trabalhando por nossa gente!

RECEITA TOTAL

	2022	2023	2023 x 2022 (c/a)
	Arrecadada no 3º quadrimestre (c)	Arrecadada no 3º quadrimestre (c)	
Receitas Correntes	1.921.880.125,92	2.053.483.235,24	6,85%
11- Receita Tributária	1.071.402.935,43	1.175.898.480,47	9,75%
12- Receita de Contribuições	21.767.443,33	22.176.423,13	1,88%
13- Receita Patrimonial	28.877.526,73	25.556.049,06	-11,50%
16- Receita de Serviços	511.903,40	913.977,30	78,54%
17- Transferências Correntes	762.317.399,71	784.237.593,61	2,88%
19- Outras Receitas Correntes	37.002.917,32	44.700.711,67	20,80%
Receitas de Capital	69.439.323,33	75.359.238,23	8,53%
21 Operações de Crédito	32.429.930,10	15.600.988,76	-51,89%
22- Alienação de Bens	209.400,00	27.202,23	-87,01%
24- Transferências de Capital	35.387.876,92	57.882.081,74	63,56%
29- Outras Receitas de Capital	1.412.116,31	1.848.965,50	30,94%
9 - Deduções da Receita	77.735.032,30	80.115.370,82	3,06%
TOTAL	1.913.584.416,95	2.048.727.102,65	7,06%





PREFEITURA DE Guarujá

Trabalhando por nossa gente!

Receitas Tributarias	2022	2023	3º quadrimestre 2023x2022 (c/a) (c/a)
	Arrecadada no 3º quadrimestre (c)	Arrecadada no 3º quadrimestre (c)	
111.0.00 - Impostos	1.071.402.935,43	1.175.898.480,47	9,75%
111.2.02- IPTU	983.928.116,52	1.075.432.387,90	9,30%
111.2.08- ITBI	541.951.194,76	595.753.063,54	9,93%
111.3.00- ISSQN	76.288.676,36	62.462.120,17	-18,12%
111.2.04- IRRF	268.912.328,93	295.326.574,92	9,82%
112.0.00 - Taxas	96.775.916,47	121.890.629,27	25,95%
113.0.00 - Contribuição Melhoria	87.184.530,16	100.246.600,39	14,98%
TOTAL	290.288,75	219.492,18	-24,39%
	1.071.402.935,43	1.175.898.480,47	9,75%





PREFEITURA DE
Guarujá

Trabalhando por nossa gente!

Comparando com o ano anterior

- 2022 - até o 3º Quadrimestre – R\$ 1.071.402.935,43
- 2023 - até o 3º Quadrimestre – R\$ 1.175.898.480,47

O valor arrecadado das **RECEITAS TRIBUTÁRIAS** até o 3º quadrimestre de 2023 representou um acréscimo de **9,75%** do valor arrecadado no mesmo período no ano anterior.





Guarujá

Trabalhando

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		JAN/2022 - DEZ/2022	JAN/2023 - DEZ/2023
PREFEI	Especificações		
RECEITAS CORRENTES (I)		2.116.937.996,67	2.214.612.326,53
Receitas Tributárias		1.068.164.434,47	1.174.987.485,65
Impostos		980.721.011,17	1.074.523.722,83
IPTU		538.826.891,30	595.086.592,64
ITBI		76.252.157,12	62.260.247,68
ISSQN		268.866.046,28	295.286.253,24
IRRF		96.775.916,47	121.890.629,27
Outras receitas (taxas + CM)		87.443.423,30	100.463.762,82
Receita de Contribuições		83.287.744,77	96.787.598,84
Receita Patrimonial		162.315.547,60	111.333.086,36
Receita de Serviços		511.903,40	913.977,30
Transferências Correntes		762.317.399,71	784.237.593,61
Cota-Parte do FPM		119.821.017,35	123.513.132,43
Cota-Parte do ICMS		211.780.430,99	223.465.883,71
Cota-Parte do IPVA		48.025.206,77	57.871.926,02
Cota-Parte do ITR		52.583,57	95.077,34
Transf. Da LC61/1989		1.274.608,16	1.291.539,78
Transf. Do FUNDEB		214.118.099,91	193.127.918,20
Outras Transferências Correntes		167.245.452,96	184.872.116,13
Outras Receitas Correntes		40.340.966,72	46.352.584,77
DEDUÇÕES (II)		277.220.938,33	241.215.948,84
Contr. para o Plano de Prev.		61.508.471,02	74.611.175,71
Compensação Financ. Entre Regime de Previd.		3.321.405,27	1.642.666,14
Rend. de Aplicações Recursos Previdenciários		133.438.020,87	85.777.037,30
Dedução de Rec. p/Form. Fundeb		74.479.791,57	79.185.069,69
Venc. Agente Comunitario de Saúde e dos		4.473.249,60	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)		1.839.717.058,34	1.973.396.377,69
Emendas da uniao		1.241.045,76	11.725.020,53
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA		1.838.476.012,58	1.961.671.357,16

Autenticar documento em <https://guarujá.camarasempapel.com.br/autenticidade> com o identificador 32003000330032003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.





PREFEITURA DE
Guarujá

Trabalhando por nossa gente!

DESPESA PREFEITURA



Autenticar documento em <https://guaruja.camarasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 32003000330032003A00540052004100, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.



PREFEITURA DE Guarujá

Trabalhando por nossa gente!

DESPESA

Grupo de Despesas	Orçamento Atualizado (A)	Despesa Empenhada (B)	% EMPENHADA (B/A)
Despesas Correntes	1.990.012.794,40	1.870.232.209,49	93,98%
Despesas de Capital	447.124.637,88	251.347.001,39	56,21%
Despesa Intra/R.Cont.	87.956.602,03	81.353.771,38	92,49%
TOTAL	2.525.094.034,31	2.202.932.982,26	87,24%

Autenticar documento em <https://guarujá.camarasempubl.com.br/autenticidade> com o identificador 32003000330032003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, I da Lei 14.063/2020.





PREFEITURA DE
Guarujá

Trabalhando por nossa gente!

DESPESA

% LIQUIDADO -3º. QUADRIMESTRE DE 2023

Grupo de Despesas	Orçamento Atualizado (A)	Despesa Liquidado (B)	% LIQUIDADADO (B/A)
Despesas Correntes	1.990.012.794,40	1.790.471.325,16	89,97%
Despesas de Capital	447.124.637,88	226.336.951,06	50,62%
Despesa Intra/R.Cont.	87.956.602,03	81.351.960,34	92,49%
TOTAL	2.525.094.034,31	2.098.160.236,56	83,09%





PREFEITURA DE
Guarujá

Trabalhando por nossa gente!

**ANALISE
DESPESAS**

Comparando com o ano anterior 3º. Quadrimestre

DESPESA	2022	2023	%
			2023/2022
EMPENHADA	1.818.808.976,01	2.202.932.982,26	21,12%
LIQUIDADADA	1.767.468.746,94	2.098.160.236,56	18,71%
PAGA	1.684.915.718,18	1.889.666.674,73	12,15%

Autenticar documento em <https://guaruja.camarasempapel.com.br/autenticidade> com o identificador 320030003330032003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.





PREFEITURA DE
Guarujá

Trabalhando por nossa gente!

**ANALISE
DESPESAS**

DESPESA COM PESSOAL (PODER EXECUTIVO E GUARUJA PREVIDENCIA)

- As **despesas totais com pessoal** nos últimos 12 meses, encerrados em Dezembro de 2023, totalizou em **R\$ 833.091.428,08**
- A **Receita Corrente Líquida (RCL)** apurada no mesmo período **atingiu o montante de R\$ 1.973.396.377,69** despesas de Pessoal no período em relação à RCL representou o comprometimento de 42,46%, portanto, dentro do estabelecido no artigo 20 Inc. III – da Lei de Responsabilidade Fiscal, que é de 54% para o poder executivo.
- Obs.: Ao final do 3°. **Quadrimestre de 2023** o comprometimento apurado foi de 42,46%





PREFEITURA DE
Guarujá

Trabalhando por nossa gente!

ANÁLISE COMPARATIVA RECEITA X DESPESAS

Autenticar documento em <https://guaruja.camarasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 32003000330032003A00540052004100, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.





PREFEITURA DE
Guarujá

Trabalhando por nossa gente!

RESULTADOS

- Receita Arrecadada R\$ 2.048.727.102,65
- Despesa Empenhada R\$ 2.202.932.982,26
- Despesa Liquidada R\$ 2.098.160.236,56
- Despesa Paga R\$ 1.889.666.674,73





- **Resultado Primário: (1)**

No encerramento do 3º quadrimestre de 2023, o Resultado Primário apurado foi de **R\$ 92.011.498,66** conforme demonstrativo abaixo:

Receita Primária Líquida	2.162.639.193,51
Despesa Primária Líquida	(-) 2.070.627.694,85
Resultado Primário	92.011.498,66

(1) Através desse resultado verifica-se o impacto da política fiscal em execução.





Receitas Primárias (I) – Correspondem ao total das receitas orçamentárias deduzidas as operações de crédito, as provenientes de rendimentos de aplicações financeiras e retorno de operações de crédito (juros e amortizações), o recebimento de recursos oriundos de empréstimos concedidos e as receitas de privatizações.

Despesas Primárias (II) – Correspondem ao total das despesas orçamentárias deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida interna e externa, com a aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido.

Resultado Primário (III) = (I – II) – Indica se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com a sua arrecadação, ou seja, se as Receitas Primárias são capazes de suportar as Despesas Primárias.

A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as Receitas Primárias são capazes de suportar as Despesas Primárias.





PREFEITURA DE Guarujá

Trabalhando por nossa gente!

RESULTADOS

	31/12/2022	31/12/2023
Despesas		
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	937.947.828,49	1.184.164.455,45
Ativo Disponível	251.614.557,67	249.954.122,69
Haveres Financeiros	10.842.845,86	11.446.376,96
(-) Restos a Pagar Processados	88.356.592,08	215.730.694,57
(-) Dispositos restituíveis e Valores Vinculados	45.285.972,22	51.944.342,43
DEDUÇÕES (II)	128.814.839,23	11.446.376,96
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (I-II)	809.132.989,26	1.172.718.078,49
RESULTADO NOMINAL Abaixo da linha		-363.585.089,23
(-) VARIAÇÃO DO SALDO DO Restos a Pagar Processados		127.374.102,49
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DÍVIDA CONSOLIDADA		
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO		-236.210.986,74





Descrição	31/12/2022	31/12/2023
Dívida Contratual (Bco Brasil)	14.402.639,30	14.524.641,90
Financiamentos	196.461.926,03	186.864.138,53
Precatórios	592.245.366,54	808.085.666,55
Previdência Social	129.463.122,49	169.995.770,83
Outras Dívidas	5.374.774,13	4.694.237,64
Sub Total	937.947.828,49	1.184.164.455,45
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	937.947.828,49	1.184.164.455,45
Ativo Disponível	251.614.557,67	249.954.122,69
Haveres Financeiros	10.842.845,86	11.446.376,96
(-) Restos a Pagar Processados	88.356.592,08	215.730.694,67
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	45.285.972,22	51.944.342,53
DEDUÇÕES (II)	128.814.839,23	11.446.376,96
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (I-II)	809.132.989,26	1.172.718.078,49
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	1.839.717.058,34	1.973.396.377,69
(-) TRANSFERÊNCIAS OBRIGATORIAS UNIAO	1.241.045,76	526.344,53
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA	1.838.476.012,58	1.972.870.033,16
% DA DÍVIDA CONSOLIDADA SOBRE A RCL	51,02%	60,02%
% DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA SOBRE A RCL	44,01%	59,44%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO SENADO FEDERAL (120%)	2.206.171.215,10	2.367.444.039,79
LIMITE DE ALERTA 90%	1.985.554.093,59	2.130.699.635,81





PREFEITURA DE
Guarujá

Trabalhando por nossa gente!

Prefeito Municipal de Guarujá

Válter Suman

Secretaria Municipal de Finanças

Francisco José Rocha

Leila Sales Acúrcio Torres

Guarujá Previdência

Edler Antonio da Silva

Lucielma Ferreira Feitosa

Prefeitura Municipal de Guarujá

Estado de São Paulo – Av. Santos Dumont, 800

CEP: 11432-440 – Fone/Fax: 13 3308-7000

www.guaruja.sp.gov.br



Autenticar documento em <https://guaruja.camarasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 32003000330032003A00540052004100, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

GUARUJÁ PREVIDÊNCIA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais Conf. Art. 9º § 4º LC 101/2000 3º QUADRIMESTRE 2023



Autenticar documento em <https://guaruja.camarasempapel.com.br/autenticidade> com o identificador 32003000330032003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

RECEITAS



GUARUJÁ REV

Autenticar documento em <https://guaruja.camarasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 32003000330032003A00540052004100, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.



RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS E INTRA-ORÇAMENTÁRIAS

ESPECIFICAÇÃO / MÊS	RECEITA REALIZADA 3º QUADRIMESTRE 2022	RECEITA REALIZADA 3º QUADRIMESTRE 2023	PREVISTA 2023	PREVISTO PARA O 3º QUADRIMESTRE 2023
RECEITA CORRENTE	R\$ 198.313.111,48	R\$ 162.059.392,42	R\$ 90.058.000,00	R\$ 90.058.000,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	R\$ 61.520.301,44	R\$ 74.611.175,71	R\$ 74.938.000,00	R\$ 74.938.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	R\$ 133.438.020,87	R\$ 85.777.037,30	R\$ 15.120.000,00	R\$ 15.120.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	R\$ 3.354.789,17	R\$ 1.671.179,41	R\$ -	R\$ -
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA	R\$ 69.245.162,37	R\$ 78.566.294,44	R\$ 91.841.000,00	R\$ 91.841.000,00
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	R\$ 69.245.162,37	R\$ 78.566.294,44	R\$ 91.841.000,00	R\$ 91.841.000,00
TOTAL DAS RECEITAS	R\$ 267.558.273,85	R\$ 240.625.686,86	R\$ 181.899.000,00	R\$ 181.899.000,00



GUARUJÁ REV

Autenticar documento em <https://guaruja.camarasempapel.com.br/autenticidade> com o identificador 32003000330032003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.



CONTRIBUIÇÃO POR ENTE PATRONAL



GUARUJÁ REV

Autenticar documento em <https://guaruja.camarasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 32003000330032003A00540052004100, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

SEGREGAÇÃO DOS SEGURADOS	CONTRIBUIÇÃO SERVIDOR	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	TOTAL
ADMITIDOS ATE 31/12/00	35.962.984,19	34.196.447,84	70.159.432,03
ADMITIDOS APÓS 01/01/01	35.228.662,21	33.195.304,62	68.423.966,83
TOTAL (D)	71.191.646,40	67.391.752,46	138.583.398,86

GUARUJÁ PREVIDENCIA

SEGREGAÇÃO DOS SEGURADOS	CONTRIBUIÇÃO SERVIDOR	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	TOTAL
ADMITIDOS ATE 31/12/00	38.283,07	41.701,19	79.984,26
ADMITIDOS APÓS 01/01/01	279.099,54	303.330,39	582.429,93
TOTAL (D)	317.382,61	345.031,58	662.414,19



GUARUJÁ PREVID

Autenticar documento em <https://guaruja.camarasempapel.com.br/autenticidade> com o identificador 32003000330032003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.



CAMARA MUNICIPAL DE GUARUJÁ			
SEGREGAÇÃO DOS SEGURADOS	CONTRIBUIÇÃO SERVIDOR	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	TOTAL
ADMITIDOS ATE 31/12/00	1.384.007,09	1.511.822,64	2.895.829,73
ADMITIDOS APÓS 01/01/01	317.011,78	346.716,25	663.728,03
TOTAL (D)	1.701.018,87	1.858.538,89	3.559.557,76

SERVIDORES CEDIDOS E LICENÇA SEM VENCIMENTOS			
SEGREGAÇÃO DOS SEGURADOS	CONTRIBUIÇÃO SERVIDOR	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	TOTAL
ADMITIDOS APÓS 01/01/01	14.336,82	15.789,07	30.125,89
TOTAL (D)	14.336,82	15.789,07	30.125,89



INATIVOS E PENSIONISTAS			
SEGREGAÇÃO DOS SEGURADOS	CONTR. SERVIDOR	CONTR. PATRONAL	TOTAL
INATIVOS LEI 1212 - PMG	249.198,08	-	249.198,08
INATIVOS ATÉ 31/12/00 - CÂMARA	184.099,83	-	184.099,83
INATIVOS ATÉ 31/12/00	427.222,68	-	427.222,68
INATIVOS APÓS 01/01/01	34.552,04	-	34.552,04
PENSIONISTAS LEI 1212	276.805,42	-	276.805,42
PENSIONISTAS ATÉ 31/12/00	134.782,35	-	134.782,35
PENSIONISTAS APÓS 01/01/01	17.827,23	-	17.827,23
TOTAL (D)	1.324.487,63	-	1.324.487,63

TOTAL	CONTRIBUIÇÃO		TOTAL
	SERVIDOR	PATRONAL	
	74.564.661,40	69.595.322,93	144.159.984,33



GUARUJÁ REV

Autenticar documento em <https://guaruja.camarasempapel.com.br/autenticidade> com o identificador 32003000330032003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.



DESPESAS



GUARUJÁ REV

Autenticar documento em <https://guaruja.camarasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 32003000330032003A00540052004100, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.



DESPESA TOTAL

GRUPO DE DESPESA	DESPESA EMPENHADA 3º Quadrimestre 2022	DESPESA EMPENHADA 3º Quadrimestre 2023
Despesas Correntes	55.376.540,77	73.728.643,39
Pessoal e Encargos	51.063.390,63	67.933.750,61
Outras Despesas Correntes	4.313.150,14	5.794.892,78
Despesas de Capital	81.198,50	461.068,20
Investimentos	81.198,50	461.068,20
Reserva Cont. RPPS	-	-
TOTAL	55.457.739,27	74.189.711,59



DESPESA TOTAL

GRUPO DE DESPESA	ORÇAMENTO FIXADO ANUAL	ORÇAMENTO ATUALIZADO	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADADA	DESPESA PAGA
Despesas Correntes	84.550.000,00	87.415.000,00	73.728.643,39	72.704.275,99	72.704.275,99
Pessoal e Encargos	80.611.000,00	81.335.700,00	67.933.750,61	67.898.464,75	67.898.464,75
Outras Despesas Correntes	3.939.000,00	6.079.300,00	5.794.892,78	4.805.811,24	4.805.811,24
Despesas de Capital	2.000,00	822.000,00	461.068,20	20.262,49	20.262,49
Investimentos	2.000,00	822.000,00	461.068,20	20.262,49	20.262,49
Reserva Cont. RPPS	110.348.000,00	108.448.000,00	-	-	-
TOTAL	194.900.000,00	196.685.000,00	74.189.711,59	72.724.538,48	72.724.538,48



DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS



GUARUJÁ REV

Autenticar documento em <https://guaruja.camarasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 32003000330032003A00540052004100, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.



DESPESAS INATIVOS / PENSIONISTAS E BENEFICIARIOS					
CategoriaEconômica	Orçamento Inicial	Orçamento Atualizado	Despesas Empenhadas	Liquidação	Despesas Pagas
Despesas com Pessoal	77.352.000,00	77.852.000,00	64.475.050,32	64.475.050,32	64.475.050,32
Outras Despesas Corrente	153.000,00	1.553.000,00	1.451.000,00	955.080,45	955.080,45
TOTAL	77.505.000,00	79.405.000,00	65.926.050,32	65.430.130,77	65.430.130,77

RESUMO DAS DESPESAS APOSENTADOS E PENSIONISTAS					
CategoriaEconômica	Orçamento Inicial	Orçamento Atualizado	Despesas Empenhadas	Liquidação	Despesas Pagas
APOSENTADORIAS	63.001.000,00	61.405.000,00	48.985.419,47	48.985.419,47	48.985.419,47
PENSIONISTAS	14.301.000,00	16.347.000,00	15.455.751,69	15.455.751,69	15.455.751,69
SETENÇAS JUDICIAIS	50.000,00	100.000,00	33.879,16	33.879,16	33.879,16
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	150.000,00	1.400.000,00	1.300.000,00	859.421,45	859.421,45
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	3.000,00	153.000,00	151.000,00	95.659,00	95.659,00
TOTAL	77.505.000,00	79.405.000,00	65.926.050,32	65.430.130,77	65.430.130,77



TIPOS DE APOSENTADORIAS	
PLANO FINANCEIRO	
Compulsória	15
Invalidez	37
Voluntária por idade	162
Especial Agente Nocivos	1
Voluntária por idade e tempo de contribuição	222
Voluntária por idade e tempo de contribuição - Especial Magistério	143
Pensão por Morte de Servidor Ativo	83
Pensão por Morte de Servidor Inativo	10
TOTAL	673
PLANO PREVIDENCIÁRIO	
Compulsória	3
Invalidez	35
Voluntária por idade	46
Voluntária por idade e tempo de contribuição	33
Voluntária por idade e tempo de contribuição - Especial Magistério	9
Pensão por Morte de Servidor Ativo	62
Pensão por Morte de Servidor Inativo	4
TOTAL	192
TOTAL GERAL DAS APOSENTADORIAS	865



DESPESAS ADMINISTRATIVAS



GUARUJÁ
REV

Autenticar documento em <https://guaruja.camarasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 32003000330032003A00540052004100, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.



DESPESAS TAXA DE ADMINISTRAÇÃO						
Categoria Econômica	Orçamento Inicial	Orçamento Atualizado	Despesas Empenhadas	Liquidado	Despesas Pagas	
Despesas com Pessoal	3.259.000,00	3.483.700,00	3.458.700,29	3.423.414,43	3.423.414,43	
Outras Despesas Corrente	3.786.000,00	4.526.300,00	4.343.892,78	3.850.730,79	3.850.730,79	
Investimentos	1.000,00	121.000,00	55.765,49	20.262,49	20.262,49	
TOTAL	7.046.000,00	8.131.000,00	7.858.358,56	7.294.407,71	7.294.407,71	

DESPESAS CONSTRUÇÃO DA SEDE DA AUTARQUIA						
Categoria Econômica	Orçamento Inicial	Orçamento Atualizado	Despesas Empenhadas	Liquidado	Despesas Pagas	
Despesas com Pessoal	-	-	-	-	-	
Outras Despesas Corrente	-	-	-	-	-	
Investimentos	1.000,00	701.000,00	405.302,71	-	-	
TOTAL	1.000,00	701.000,00	405.302,71	-	-	



INVESTIMENTOS



GUARUJÁ REV

Autenticar documento em <https://guaruja.camarasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 32003000330032003A00540052004100, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.



CONSOLIDADO					
Enquadramento	Tipo de Ativo	Limite Legislação -	% da Carteira	Carteira Atual	
Artigo 7º, Inciso I, Alínea "a"	Títulos Públicos	100,00%	44,62%	R\$ 542.705.014,64	
Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"	Fundos 100% Títulos Públicos - Referenciado	100,00%	14,86%	R\$ 180.716.130,62	
Artigo 7º, Inciso III, Alínea "a"	Fundos de Renda Fixa	75,00%	24,87%	R\$ 302.520.865,36	
Artigo 7º, Inciso V, Alínea "b"	Fundos Renda Fixa "Crédito Privado"	15,00%	0,48%	R\$ 5.786.542,25	
	Total em Renda Fixa	100,00%	84,83%	R\$ 1.031.728.552,87	
Artigo 8º, Inciso I	Fundos de Ações	45,00%	7,70%	R\$ 93.636.747,14	
	Total em Renda Variável	45,00%	7,70%	R\$ 93.636.747,14	
Artigo 9º, Inciso II	Fundos de Investimento no Exterior	10,00%	4,03%	R\$ 48.956.474,58	
Artigo 9º, Inciso III	Ações - BDR Nivel I	10,00%	0,00%	R\$ 0,00	
	Total em Investimento no exterior	10,00%	4,03%	R\$ 48.956.474,58	
Artigo 10º, Inciso I	Fundos Multimercados	15,00%	2,36%	R\$ 28.703.854,71	
Artigo 10º, Inciso II	Fundos de Participações	10,00%	0,51%	R\$ 6.155.065,50	
	Total em Investimentos Estruturados	20,00%	2,87%	R\$ 34.858.920,21	
Artigo 11	Fundos de Investimentos Imobiliários	10,00%	0,58%	R\$ 7.089.467,24	
	Total em Fundo Imobiliários	10,00%	0,58%	R\$ 7.089.467,24	
	Total		100,00%	R\$ 1.216.270.162,04	



Meta Atuarial e Retorno

O Demonstrativo abaixo tem como objetivo apresentar o percentual de atingimento da Meta Atuarial.

A meta atuarial anual é de IPCA + 5,23%. O resultado do Retorno em percentual é obtido ao se dividir o Retorno Ajustado em Reais pelo Saldo Anterior (inicial).

O IPCA somado ao rendimento de juros real estipulado resultou numa meta estimada de 10,03%, sendo o retorno da carteira no exercício de 2023 de 12,67% acima da meta estabelecida.

APLICAÇÕES	RESGATES	AMORTIZAÇÃO (R\$)	JUROS	RETORNO (R\$)	SALDO NO MÊS	RETORNO (%)	META (%)
25.661.519,20	3.114.963,00	8.400,00	-	17.726.942,98	1.028.729.589,02	1,76%	0,98%
182.851.966,29	174.335.952,16	427.847,36	4.034.425,11	4.271.421,09	1.029.705.535,15	-0,29%	1,21%
134.134.699,30	141.254.436,99	8.400,00	-	9.752.587,93	1.032.338.385,39	0,95%	1,18%
95.229.619,34	68.436.806,94	8.400,00	-	8.104.959,57	1.067.236.157,46	0,77%	0,99%
63.011.492,43	46.941.265,41	8.400,00	8.249.869,40	17.225.387,19	1.092.281.902,27	1,60%	0,68%
55.761.426,84	48.767.254,87	8.400,00	-	16.323.949,09	1.115.600.023,33	1,49%	0,35%
20.135.364,25	12.128.000,94	9.000,00	-	11.367.425,41	1.134.974.812,05	1,10%	0,55%
185.056.224,35	169.738.143,42	384.173,15	6.512.987,81	1.897.048,27	1.145.301.330,29	0,77%	0,70%
48.894.921,26	44.432.146,65	-	8.550,00	3.365.080,03	1.153.129.184,93	0,30%	0,67%
73.907.217,58	69.510.147,79	-	-	528.768,06	1.158.055.022,78	0,05%	0,67%
26.434.970,49	11.802.185,43	-	9.146.318,43	28.769.977,64	1.192.311.467,05	2,47%	0,69%
13.228.105,00	10.155.018,14	127.421,56	-	21.013.029,69	1.216.270.162,04	1,75%	0,97%
		R\$ 990.442,07	R\$ 27.952.150,75	R\$ 131.803.734,77		12,67%	10,03%

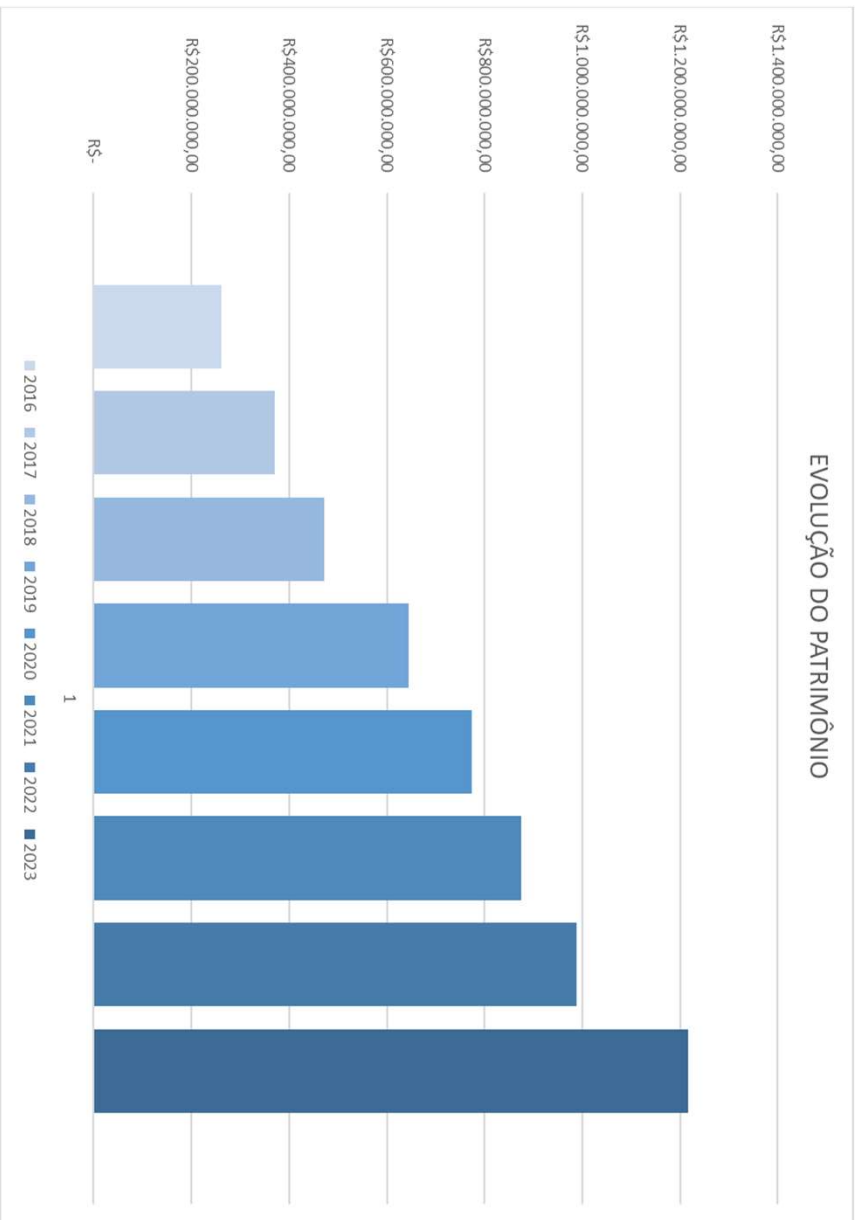


GUARUJÁ REV

Autenticar documento em <https://guaruja.camarasempapel.com.br/autenticidade> com o identificador 32003000330032003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.



EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO



EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO	
2016	R\$ 261.108.868,73
2017	R\$ 370.364.777,04
2018	R\$ 472.313.219,54
2019	R\$ 644.555.183,68
2020	R\$ 772.963.474,33
2021	R\$ 875.501.350,93
2022	R\$ 988.456.089,84
2023	R\$ 1.216.270.162,04



Edler Antonio da Silva
Diretor Presidente

Lucielma Ferreira Feitosa
Gerente de Planejamento, Orçamento
Contabilidade e Finanças

Maria José Lima Rodrigues
Gerente de Administração

Alexandre Santos de Brito
Gerente de Previdência

Guarujá Previdência
Av. Adhemar de Barros, 230 Cj 03
Tel.: (13) 3343.9050

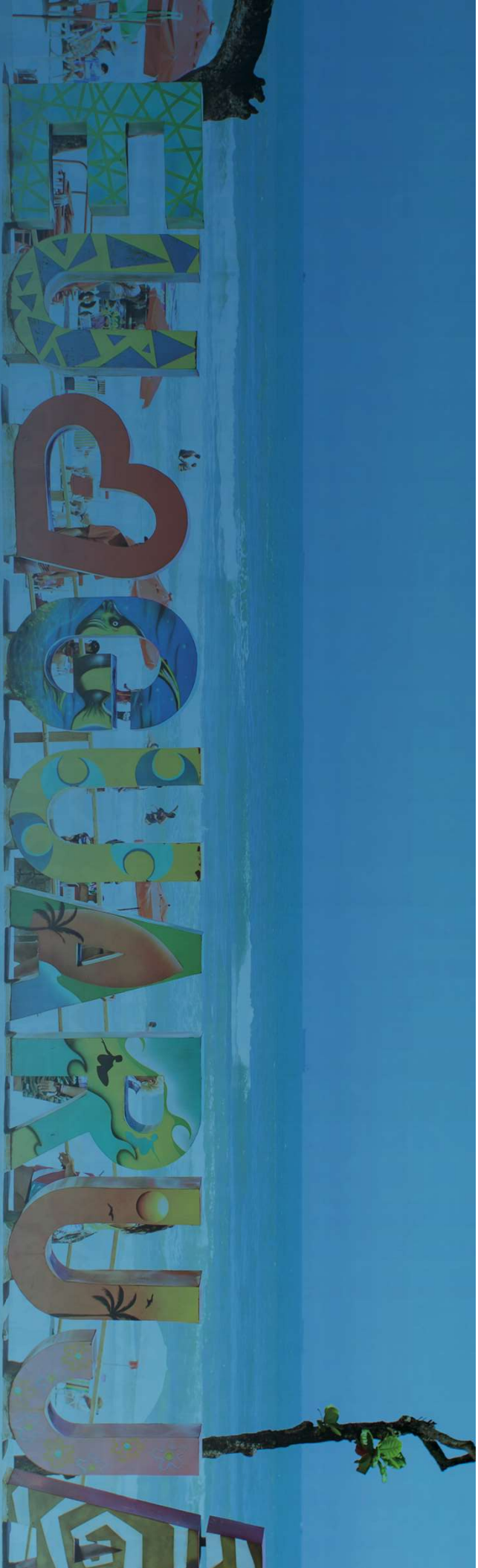
www.guarujaprevidencia.sp.gov.br



GUARUJÁ
PREV

Autenticar documento em <https://guaruja.camarasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 32003000330032003A00540052004100, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.





GUARUJÁPREV

📍 Av. Adhemar de Barros, 230 – Santo Antônio • Guarujá/SP – CEP 11430-000

☎ (13) 3343-9050

📘 guarujaprevidencia

📷 guarujaprev

🌐 www.guarujaprevidencia.sp.gov.br

✉ atendimento@guarujaprevidencia.sp.gov.br



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://guaruja.camarasempapel.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 32003000330032003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **Fernando Martins dos Santos** em 06/03/2024 12:02

Checksum: **3812A2D0290F12A9BE5B523116AC79E7131C089FA44BF1642B9B8E585D4ECE73**

Assinado eletronicamente por **Edler Antonio da Silva** em 06/03/2024 12:19

Checksum: **B830B1A8E69CE5B6EF1C2C36FA0FEE476EEE6C63F31E5A9B4240C4F0397E2269**

Assinado eletronicamente por **Francisco José Rocha** em 11/03/2024 10:45

Checksum: **AE91C37A9742458F6B2A83C5DDDF2D73EA76EDCB6FE4B275EE9DD4F2FAC962ABD**

